



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

RENATA BRAGA DE SOUSA CIDRACK

BAÍA DAS TARTARUGAS: MUSEU POPULAR PARA QUE A MEMÓRIA DA VILA DE
JERICOACOARA PERMANEÇA VIVA.

FORTALEZA

2023

RENATA BRAGA DE SOUSA CIDRACK

BAÍA DAS TARTARUGAS: MUSEU POPULAR PARA QUE A MEMÓRIA DA VILA DE
JERICOACOARA PERMANEÇA VIVA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Graduação em Arquitetura e
Urbanismo do Centro de Tecnologia da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial à obtenção do grau de graduado em
Arquitetura e Urbanismo. Orientadora: Prof.
Dra. Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C51b Cidrack, Renata Braga de Sousa.
Baía das Tartarugas: museu popular para que a memória da vila de Jericoacoara permaneça viva. / Renata Braga de Sousa Cidrack. – 2023.
125 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia,
Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva.

1. memória. 2. museu popular. 3. identidade. 4. espaços transformados pelo turismo. I. Título.
CDD 720

RENATA BRAGA DE SOUSA CIDRACK

BAÍA DAS TARTARUGAS: MUSEU POPULAR PARA QUE A MEMÓRIA DA VILA DE
JERICOACOARA PERMANEÇA VIVA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Graduação em Arquitetura e
Urbanismo do Centro de Tecnologia da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial à obtenção do grau de graduado em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em 14/07/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Anna Lúcia dos Santos Vieira e Silva.

Prof. Dra. Solange Maria de Oliveira Schramm

Prof. Me. Hector Rocha Isaias

AGRADECIMENTOS

A todos os nativos da vila de Jericoacoara, que resistem à onda que quer lhes tirar do seu lugar e preservam seus modos de viver.

À minha mãe, Socorro, que me ensinou a viver com leveza. Quem mais torceu, trabalhou e rezou pra que eu conseguisse essa realização de terminar a faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Quem hoje está mais feliz com esse feito.

Ao Darlan, meu companheiro de vida, minha flor rara e preciosa.

À Lilu, que, além de ter sido excelente orientadora, é uma amiga preciosa.

Ao meu pai, Reno, que me ajudou a fazer essa pesquisa, cantou comigo e passeou muito comigo em Jeri.

Aos arquitetos que me auxiliaram no processo de desenho, sobretudo Totonho Laprovitera e Solange Schramm, e a Esteban Franich, que me auxiliou com informações sobre a vila de Jericoacoara, fotografias e elaboração de mapas.

A todos os que se importam e agem para a preservação da essência da vila de Jericoacoara.

RESUMO

Nos últimos anos, a vila de Jericoacoara tem sido submetida a processos cada vez mais intensos de turismo sem responsabilidade social e ambiental, especulação imobiliária e gentrificação. Com isso, muitos elementos da herança cultural nativa têm tido sua sobrevivência ameaçada (a capoeira, a pesca, o crochê, os saberes construtivos, entre outras manifestações culturais). O que se observa é que, de todo o (bastante grande) capital que circula nessa vila em decorrência da sua efervescência turística, quase nada é revertido em qualidade de vida para a população e em mecanismos para a preservação do patrimônio cultural e ecológico do lugar. Assim, esse projeto buscou traçar um panorama do cenário atual da vila, a partir de uma retomada histórica e de um estudo sobre a cultura e a configuração socioeconômica e espacial do lugar. Dessa leitura do que se configura hoje como a realidade da vila, propôs-se um museu popular que tem o objetivo de fortalecer os laços comunitários e fomentar um tipo de turismo mais engajado com a causa da preservação dos patrimônios cultural e ecológico.

Palavras-chave: memória; museu popular; identidade; espaços transformados pelo turismo.

ABSTRACT

In recent years, the village of Jericoacoara has been subjected to increasingly intense processes of tourism without social and environmental responsibility, real estate speculation and gentrification. As a result, many elements of the native cultural heritage have had their survival threatened (capoeira, fishing, crochet, constructive knowledge, among other cultural manifestations). What is observed is that, of all the (quite large) capital that circulates in this village as a result of its tourist effervescence, almost nothing is reversed in quality of life for the population and in mechanisms for the preservation of the cultural and ecological heritage of the place. . Thus, this project sought to draw an overview of the current scenario of the village, based on a historical review and on a study on the culture and socioeconomic and spatial configuration of the place. From this reading of what is configured today as the reality of the village, a popular museum was proposed, which aims to strengthen community ties and encourage a type of tourism that is more engaged with the cause of preserving cultural and ecological heritage.

Key-words: memory; popular museum; identity; spaces transformed by tourism.

SUMÁRIO

1. Razões primeiras	9
2. Baía das Tartarugas	11
3. Metodologia	16
4. Capitalismo, turismo e transformação do espaço/ memória como resistência	18
5.1. O museu - base teórica	29
5.2. O museu - plano de ações	35
5.3. O museu - pistas sobre o acervo	39
6. Leitura complementar do território	72
7. O projeto	90
Bibliografia	122

1. razões primeiras

Conheço Jericoacoara desde os 7 anos de idade: Jeri foi o motivo da separação de meus pais. Meu pai, músico, resolveu ir morar lá, e minha mãe, professora de história em uma escola pública aqui em Fortaleza, ficou; e ficamos também eu e minha irmã mais nova, Flora. Então desde que tenho essa idade vou pelo menos uma vez por ano a Jericoacoara, assim aconteceu até mais ou menos meus 15 anos. Íamos eu, a Flora e a Luiza, minha outra irmã, mais velha, que cuidava da gente na viagem. Meu pai morou em muitos lugares em Jeri e nas suas redondezas, teve muitos empregos e realidades diferentes. Tinha época em que eu e a Flora dormíamos no quartinho atrás do palco do restaurante Dona Amélia enquanto meu pai tocava forró a noite inteira pra muita gente dançar. A Dona Amélia nessa época era casada com meu pai, e nesse lugar, onde ele tocava forró pé de serra, já se dançava forró há pelo menos 30 anos. Tinha época que a gente encontrava nosso pai em casa grande com quintal farto, na Vila mesmo, nas casas mais distantes da praia onde o aluguel era mais barato. Numa dessas casas eu lembro que meu pai fez uma festa de aniversário e eu, criança antissocial, fui me esconder no pé de manga e levei uma queda no meio da festa, eu aos gritos e meu pai foi me socorrer. Tinha época que ele estava morando em kitnets mais perto da praia, e eu e a Flora corríamos feito bicho solto pelas ruas de Jeri, jogando videogame nas lanhouses e tomando picolé nos mercadinhos. Mas o período que eu mais me lembro de sentir o encanto daquele lugar foi quando eu tinha mais ou menos 11 anos, e meu pai morava com a Amélia numa localidade vizinha, próxima à lagoa de Jijoca, chamada Chapadinha. Lá tinha paz e silêncio, banho de lagoa e muito caju. Lembro-me que íamos todo dia de buggy pra Jericoacoara, ventava muito e eu era abduzida pela majestade do céu estrelado enquanto cruzávamos as dunas. Ia na parte de trás do buggy, olhando pro céu, durante uma hora de ida e outra hora de volta, segurando firme pra não ser levada pelo vento voraz que mesmo movimentava aquelas dunas.

É a lembrança dessa magia que me inspira a fazer esse trabalho.

2. baía das tartarugas

O relampejo que mobilizou a construção deste trabalho veio a partir da observação do fenômeno “da força da grana que ergue e destrói coisas belas” (VELOSO, 2005), ao longo de anos de convivência com a vila de Jericoacoara.

Dito de outro modo, a força que ergue este trabalho desde seu início é a compreensão de que algo precisaria ser feito em prol **da tomada de consciência e da organização política** de um povo que estava sendo verdadeiramente carregado por uma maré de mudanças que atingiam (e continuam a atingir) não só seus costumes, seus direitos, sua cultura e seus modos de viver, como também a própria saúde do seu lugar, da sua casa expandida, dos seus ecossistemas, habitats naturais.

A ideia que surgiu nesse contexto de perda gradual de riquezas foi de uma pesquisa que pudesse salvaguardar certos saberes e histórias nativas do lugar, bem como lançar luz sobre o valor de seus patrimônios ecológico, biológico, arqueológico e geológico. Esperava-se (e se conseguiu) com essa pesquisa criar uma plataforma comunitária onde as pessoas da vila de Jericoacoara pudessem se informar e conversar sobre assuntos coletivos relevantes. Como utopia que guiava minha ação, estava o resgate da memória e da identidade da vila, uma transformação coletiva de consciência com o objetivo maior de fortalecimento político da comunidade para que esta pudesse conquistar suas demandas de mais respeito à natureza e ao povo, sobretudo às populações nativas.

Foi assim que, em meados de 2020, juntei-me a um antigo morador de Jericoacoara para a criação dessa plataforma, a qual chamamos de Baía das Tartarugas.. Esse morador, Esteban Franich, chegou em Jeri com 21 anos de idade, vindo de Buenos Aires, sua terra natal, e foi acolhido pela comunidade de pescadores, agricultores e artesãos, tendo morado na casa de alguns deles por alguns anos a partir de sua chegada, em 1985. Desde então, Esteban vem acumulando um rico acervo de histórias e de registros documentais dessa antiga vila de pescadores, que incluem fotografias, vídeos, relatos e digitalizações de jornais e publicações feitas no lugar.

Nasceu então o projeto Baía das Tartarugas - compartilhando história e cultura em prol da memória e da identidade nativa da vila de Jericoacoara. Em quase três anos de atividade, realizamos pesquisas com metodologias e fontes diversas, tais como: pesquisa de campo, com a realização de entrevistas e passeios pela vila que suscitaram percepções importantes; e pesquisa documental, a partir de jornais e publicações independentes, artigos científicos, livros, filmes e legislações.

Em forma de síntese, transformamos essas pesquisas em material que foi (e continua a ser) publicado em um site e em uma página de Instagram. Falamos sobre memória, gentrificação, sobre a origem do nome Jericoacoara, sobre as origens de sua ocupação provavelmente Tremembé, sobre as pesquisas arqueológicas já realizadas em seu território, sobre alguns processos de luta comunitária, como o impedimento da construção de parques eólicos nos arredores da vila, sobre as legislações que ordenam o território, sobre os processos de fragilização ambiental aos quais seus ecossistemas têm sido submetidos.

Além disso, publicamos vídeos de entrevistas com moradores antigos e imagens, captadas em nossa pesquisa de campo, que retratam o cotidiano da vila e suas peculiaridades. Foram entrevistados: Francisco Albanito Pereira (seu Nito), José Diogo Martins (seu Zé Diogo), Olavo Torquato (Bin Lata), Jani Silva, Ana Rebecca Bryner, Esteban Franich, Álvaro, Reno Cidrack, Ricardo Matos, Kamila Freitas, Núria, Sarah Chaves, Itamar Rodrigues, José Martins de Oliveira, Maria da Conceição Alves e José Edson Freire de Carvalho.

Em janeiro e fevereiro de 2023, nossa ação colheu um belo fruto: organizamos um movimento contra a privatização do Parque Nacional de Jericoacoara, conseguimos 31 mil assinaturas em um abaixo-assinado virtual, estivemos em contato com o Governo do Estado do Ceará, e contribuímos para o cancelamento do edital de concessão do Parque junto ao Ministério do Meio Ambiente.

É assim então que este Trabalho de Conclusão de Curso começa. Me utilizo dessa bagagem de pesquisa e ação política e comunitária adquirida com a Baía das Tartarugas para aqui **investigar ainda mais esse território, pensar mais profundamente sobre algumas questões e conjecturar sobre como a arquitetura e o urbanismo podem propor caminhos possíveis para a construção, ou melhor, para o resgate, de uma lógica outra de relação das pessoas com sua Vila.**

Um adendo: “Baía das tartarugas” é a tradução do termo tupi “Jericoacoara”. Embora, como veremos mais adiante, os povos originários do lugar não serem tupis, e esse ter sido um nome dado por pessoas de fora (os nativos conheciam a região como “Serrote”), acreditamos na potência simbólica deste nome como resgate de um passado, afinal, Jericoacoara já foi lugar de desova de tartarugas marinhas: não é mais, mas continua assim sendo chamado. Esta invocação tem poder, e enquanto tivermos memória social, a natureza e as raízes de Jericoacoara não serão aniquiladas.



jeribaiadastartarugas

Editar perfil

Ferramentas para anúncios



30 publicações

667 seguidores

420 seguindo

Baía das Tartarugas

Comunidade

compartilhando história e cultura em prol da memória e da identidade nativa da vila de Jericoacoara.
tartarugasdejeri.wixsite.com/cultura



Quem somos



nativos



arte visual



pesca



maré



curiosidades



adeus, sol

PUBLICAÇÕES

REELS

SALVOS

MARCADOS

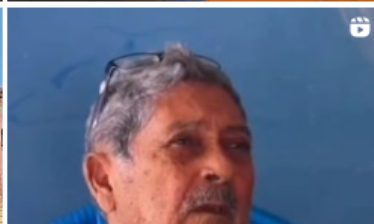
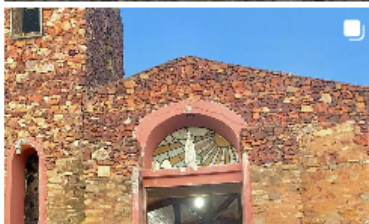
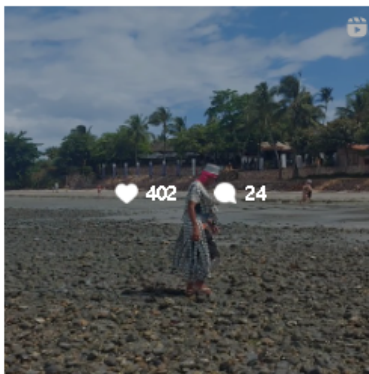


Imagem 1: feed do instagram @jeribaiadastartarugas

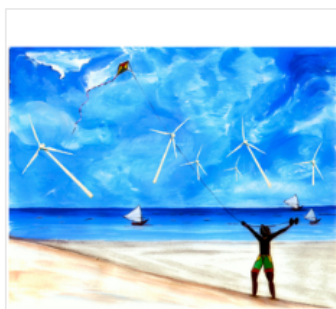
BAÍA DAS TARTARUGAS





compartilhando história e cultura em prol da memória e da identidade nativa da vila de Jericoacoara.

[Página inicial](#) [Quem somos](#) [Junte-se a nós](#)



AJL Posts



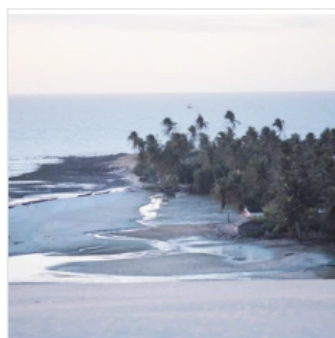
 tartarugasdejeri 
há 4 dias · 2 min



O que queremos para nosso Parque Nacional?



 tartarugasdejeri 
há 4 dias · 2 min

Vamos participar da gestão do nosso Parque Nacional?





 tartarugasdejeri 
há 4 dias · 2 min




1 - Você conhece as leis de regulação do solo de

Ativa
Acesse





 tartarugasdejeri 
26 de dez. de 2022 · 2 min



Valor arqueológico de Jericoacoara

 8  0  1





 tartarugasdejeri 
4 de dez. de 2021 · 2 min



Vitória do povo de Jericoacoara contra implantação de parque eólico

 7  0  4





 tartarugasdejeri 
31 de ago. de 2020 · 4 min

De onde vem essa Jericoacoara?



 8  0  4



 tartarugasdejeri 
19 de ago. de 2020 · 3 min



Os primeiros habitantes de Jeri



 tartarugasdejeri 
19 de ago. de 2020 · 2 min

O que Jericoacoara tem a ver com a chegada dos colonizadores no Brasil?



 tartarugasdejeri 
19 de ago. de 2020 · 4 min

Você sabe o que é gentrificação?

Ativa
Acesse

Imagem 2: página inicial do site da Baía das Tartarugas.

3. metodologia

A metodologia deste trabalho baseou-se em duas vertentes principais: a pesquisa de campo e a fundamentação teórica. De início, o estudo em campo aconteceu desde meados de novembro de 2020, quando viajei pela primeira vez a Jericoacoara com o objetivo de observar e documentar aspectos culturais e históricos do lugar. Em 2021, no mês de julho, fui pela segunda vez, dar continuidade ao trabalho. Essas viagens duraram 1 mês cada, e nelas realizei uma série de entrevistas e fotografias. Estive também presente em eventos da cultura local.

A fundamentação teórica baseou-se em uma linha lógica e argumentativa que olha para a problemática a partir de uma visão global que vai se afinando até a realidade específica de Jericoacoara. Este agrupamento de textos pode ser classificado em três planos. Inicia-se com textos mais abrangentes e consagrados, versando sobre as dinâmicas de transformação do espaço pelo capital e pelo turismo. A partir destes, são abordados conceitos como os de expropriação e acumulação primitiva para Marx, o de coerência estruturada para Harvey, o de sistemas de objetos e de ações para Milton Santos e os de exclusão interna e inclusão forçada em Virgínia Fontes.

Em segundo plano, aparecem textos relacionados à noção de patrimônio. Alguns desses textos são documentos oficiais, como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, a Recomendação de Nairobi, a Constituição de 1988 e o Decreto-lei nº 3551 de 2000, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Utiliza-se ainda de importantes pensadoras no âmbito da museologia, Cecília Londres e Sandra Pelegrini, e de uma interessante dissertação de mestrado sobre estudos de caso em museologia social (Silva, 2019).

Em terceiro plano, temos matérias de jornal, filmes e trabalhos acadêmicos especificamente sobre a realidade de Jericoacoara, como os trabalhos de Arruda (2007), Carvalho Martins et al (2022), Clerc-Renaud (2002), Fonteles (2004, 2005 e 2015), Galvão (1995), Lima (2002), Lima e Silva (2004), Meireles (2011), Molina (2007), Oliveira (2018) e Viana (2007). Nesse campo também entram uma série de documentações oficiais, decretos e leis ligados a Jericoacoara.

4. capitalismo, turismo e transformação do espaço/ memória como resistência

Explico o que quero dizer quando digo “da força da grana que ergue e destrói coisas belas”, de uma “maré de mudanças”.

Jericoacoara foi constituída como povoado no início do século XX (Fonteles, 2005, p. 48), e elevada à categoria de Distrito em 29 de junho de 1923, através da Lei Municipal nº 94. Na época, fazia parte do município de Acaraú, e em 1985 passou a pertencer ao município de Cruz. Em 6 de março de 1991, a Lei 11.796 criou o município de Jijoca de Jericoacoara, do qual a vila de Jericoacoara é distrito desde então (Fonteles, 2004, p. 131)

Antes da chegada do turismo, ou mesmo nas formas “primitivas” de turismo no local (década de 1970), Jericoacoara era uma comunidade de pescadores em território à beira mar, cujos costumes estavam intrinsecamente ligados à herança indígena, na qual “o dinheiro nada valia, e tudo [...] era na base da troca” (Galvão, 1995, p.90). Trocava-se peixes por outros alimentos, sobretudo dentro da própria comunidade, mas também com agricultores de comunidades vizinhas, apesar das dificuldades provocadas pelo isolamento geográfico da vila.

Chegava-se à vila pelo mar, em barcos a motor e em canoas, através dos portos de Camocim e Acaraú, cidades com as quais a população mantinha relações, principalmente comerciais. Por terra, o acesso era feito a pé ou em lombo de animais (cavalos, jegues). O comércio local era restrito a estabelecimentos estritamente necessários à sobrevivência da população. A iluminação era baseada no uso de lampiões. Demograficamente, a constituição de sua população era de pescadores artesanais, majoritariamente, além de agricultores de subsistência e artesãos confeccionadores de instrumentos de pesca (rede e tarrafas) e peças de crochê, vendidas no comércio local. (Fonteles, 2005, p. 48).

Muito embora os costumes fossem marcados pela simplicidade¹, era bastante sofisticada a união e a solidariedade que caracterizava a comunidade. Como descreve Fonteles (2005, p. 48), era comum se assistir a:

“doação de peixes a quem não conseguia capturá-los ou mesmo quando não podia entrar no mar; distribuição de outros tipos de alimentos com famílias vizinhas; empréstimos de objetos utilitários em casa e também no trabalho”.

Em suma, retomando Lima e Silva (2004, p.36), no passado “os nativos só conheciam a pesca, o companheirismo, a vida pacata e calma, os valores e os costumes, sabendo e conhecendo o valor do uso do ambiente natural que os rodeava”.

¹ Fonteles (2005, p. 49) relata que a sociabilidade da comunidade à essa época passava por “(...) festas entre os moradores, onde o forró prevalecia. O passeio nas dunas ao cair da tarde, sobretudo aos domingos já era também um hábito comum entre os mais jovens. Celebravam novenas, acalentavam os moribundos e cultuavam os mortos, faziam dramas (encenação produzida e apresentada por mulheres, toda cantada e dançada), brincavam carnaval.”





Imagens 3, 4, 5, 6, 7 e 8: acervo de Esteban Franich, 1984.

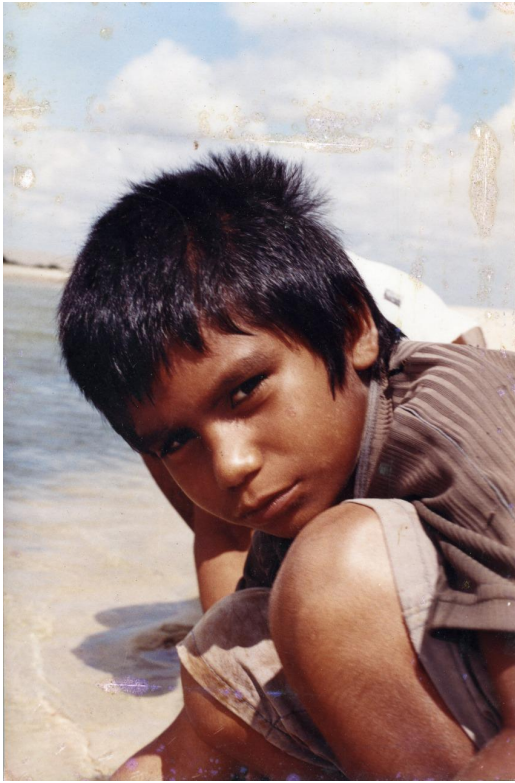


Imagem 9: fotografia de Carmem Bastos, 2000. Imagens 10 e 11: acervo de Esteban Franich, 1984.

Já nos anos 70, existia um fluxo turístico que chegava a Jeri de maneira autônoma e interessado nas paisagens naturais e na riqueza biodiversa dos ecossistemas do lugar. À medida em que esses primeiros fluxos foram acontecendo, a vila foi se tornando conhecida, processo no qual foi decisivo o papel da imprensa (local, nacional e internacional). É nesse momento que Jericoacoara se insere na rota do turismo e começa a receber pessoas de várias partes do mundo.



Imagem 12: turistas em 1984. Acervo de Esteban Franich.

No início dos anos 80, muitos debates ambientalistas estavam acontecendo no Brasil. Além disso, existiam muitos interesses, de empresários do turismo, na criação da APA, que valorizaria então o potencial turístico do lugar. Dessa forma, o Decreto Federal N° 90.379, de 29 de outubro de 1984, criou a Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara.

Com a criação da APA, em 1984, verificou-se o início do processo de transformação muito bem descrito por Lima (2002, p. 92-93), quando fala em termos gerais sobre as mudanças sociais trazidas pelo turismo litorâneo no Ceará:

“...antigas comunidades pesqueiras marítimas [...] transformaram-se em povoados litorâneos – caracterizados pelo baixo percentual de moradores envolvidos com a pesca; pelo aumento de moradores que se dedicam ao comércio (bodegas, mercadinhos, padarias), “envolvidos” em atividades de prestação de serviços domésticos para proprietários de segunda-residência (caseiros, cozinheiras, faxineiras) e para turistas (hospedagem, alimentação, entretenimento); pela tendência ao distanciamento entre os que são do lugar e o permanente convívio com “estranhos” à comunidade (uns chegam e ficam, outros apenas passam horas e/ou dias e vão embora)”

Grandes programas públicos levaram grandes investimentos infraestruturais para a região. Em 1991, o PRODETUR-NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), “política de urbanização” federal para o turismo, possibilitou a construção da estrada Sol Poente, hoje principal meio de acesso a Jeri. Em 2022, 50 milhões de reais estão sendo investidos na ampliação das redes abastecimento de água e esgotamento sanitário do lugar (SECRETARIA DAS CIDADES, 2022), que por sua classificação enquanto área de entorno de Unidade de Conservação demanda um nível superior de tratamento do esgoto. O que se observa, no entanto, é que, para a população nativa de Jericoacoara, esses megaprojetos mais causam receios do que contentamento ou esperança (CONSELHO COMUNITÁRIO DE JERICOACOARA, 2022)

Assim, com toda essa sistemática em que se envolvem interesses financeiros na exploração do lugar e investimentos públicos para o atendimento desses interesses, se deu o aumento exponencial do fluxo de turistas, e também o aumento da gentrificação: novos habitantes e empresários de várias partes do mundo passaram a adquirir terras dos nativos, que depois precisaram se submeter a pagar aluguéis que comprometem boa parte de seus salários, uma vez que a especulação imobiliária tomou conta do lugar e o preço da terra de Jericoacoara é um dos mais altos do Brasil. Hoje, inclusive, é comum observar trabalhadores que têm seus empregos em Jericoacoara mas moram nas localidades vizinhas, em Jijoca ou Preá, e vão e voltam todos os dias de pau-de-arara ou pedindo carona.

Molina (2007, p. 44) aponta:

“O fortalecimento significativo do turismo certamente dinamiza a economia de Jericoacoara, mas por outro lado, há sinais de desgaste ambiental (Acúmulo de resíduos sólidos, compactação do solo, soterramento de ecossistemas, mananciais e fontes naturais, incremento na erosão do solo e praias, poluição visual e sonora, mudanças na circulação dos ventos locais e alterações no conforto térmico da vila (impactos microclimáticos), entre os quais a poluição de águas subterrâneas pela construção de fossas (...), o avanço acelerado de dunas sobre a vila (decorrente de sua desestabilização, motivada pela circulação de pessoas e automóveis), bem como a intensificação de alguns problemas sociais como prostituição (que ainda não ocorre de forma explícita), uso de drogas (principalmente o crack), especulação imobiliária e, como alguns nativos costumam dizer, a perda de identidade da população local em função da “invasão” de turistas e de pessoas “de fora” que vêm estabelecer-se no local, em busca de trabalho.”

E ainda (p. 47):

“Em 1984 a população contava com 580 habitantes (UECE/NUGA, 1985, p. 101). (...) Nesta época, conforme estudo realizado pela UECE/NUGA (1985, p. 101), não havia “acentuadas divisões de classes, com uma população de características particulares e homogêneas nas suas atividades”, e se constatou também a presença de “um grupo populacional predominantemente rural, onde suas atividades [estavam] voltadas para o extrativismo animal (pesca) aparecendo secundariamente as atividades: comércio, criação de pequenos rebanhos, a lavoura de subsistência e artesanato” (...) Em 2006, a vila de Jericoacoara possui 2.328 moradores e calcula-se que, em noites de reveillon, a vila chega a contar com cerca de 10.000 pessoas”

Em 2005, Jeri foi a quarta praia cearense mais visitada, recebendo mais de 100 mil turistas. Em 2010, esse número subiu para 600 mil ². Em 2021, Jeri recebeu 1,7 milhão de turistas³. E tudo isso sem que exista uma infraestrutura preparada para receber esse contingente de pessoas. Em fins de semana quaisquer, é comum faltar água na cidade, além de se observar uma enorme quantidade de lixo descartada indevidamente nas ruas ou nos ecossistemas que integram o Parque Nacional. Em épocas de maior fluxo, como o réveillon, o caos é ainda consideravelmente maior.

² Dados da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR/CE)

³ Dados do Ministério do Turismo.



Imagens 13 e 14: Jericoacoara vista de cima da duna do por do sol, em 1984 e por volta de 2010, respectivamente. Acervo de Esteban Franich.

No contexto do capitalismo globalizado, o turismo é um dos fatores de maior impacto de transformação nos espaços. Na maior parte das vezes, essas transformações vêm travestidas sob o manto do “desenvolvimento”, mas ocultam a realidade da exploração do povo para o enriquecimento de poucos, do apagamento de hábitos, saberes, fazeres e identidades culturais, e da dilapidação dos ecossistemas naturais.

É como assinala Da Silva (2015, p. 3)

“Entendemos, a partir de Marx (1996b, p. 828-831), que a expropriação é condição fundamental da acumulação do capital. Por meio dela, o conjunto da vida social é transformado em capital; as atividades humanas que asseguram a reprodução da existência social são reduzidas às necessidades mercantis; o trabalho é separado das condições sociais de sua produção; as relações sociais de classe se naturalizam; os seres sociais tornam-se coisas; o valor de uso da terra é submetido ao seu valor de troca; as necessidades primárias do homem, satisfeitas a priori por procedimentos tradicionais (agrários, extrativistas e pecuaristas), ficam submetidas à lógica do mercado; a liberdade perde sua dimensão cultural e social e passa a ser sinônimo de disponibilidade de força de trabalho para o capital.”

Em decorrência desses violentos processos de expropriação que servem à manutenção do monopólio da classe burguesa, tanto o trabalho quanto a terra foram destituídos do seu sentido original, da sua essência (Da Silva, 2015, p. 2 e 3). A chamada acumulação primitiva, isto é, o processo histórico que dissocia os trabalhadores dos meios de produção, convertendo em assalariados os produtores diretos e em capital os meios sociais de subsistência (Marx, 1996b, p.830), além de expropriar o trabalho, desumaniza a terra.

Em Jericoacoara, se poderia ilustrar esse processo de desumanização da terra de inúmeros modos. Por exemplo, na praia principal, costumava-se encontrar em abundância, 20 ou mais anos atrás, pescadores vendendo seus peixes, pessoas vendendo água de coco e quitutes. Com o tempo isso foi diminuindo drasticamente, e hoje já não existe mais. A faixa de praia está tomada por cadeiras de restaurantes e hotéis de luxo, que se apropriam do espaço público ilegalmente, mas aparentemente estão acima da lei, já que nada é feito para devolver o espaço público ao povo.

Se um dia (sobretudo antes dos anos 2000) os turistas se hospedavam na casa dos pescadores, hoje já quase não existem mais pescadores. Como apontou Harvey (2003, p. 122), os processos de tomada do poder pelo capitalismo envolvem a “apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão”.

Assim, a partir da concepção de Milton Santos acerca do espaço, isto é, conjunto indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ações (Santos, 2002a), podemos entender que com a chegada e o desenvolvimento do turismo em Jericoacoara, o espaço se alterou completamente.

Vale ilustrar didaticamente essa mudança:

	SISTEMAS DE OBJETOS	SISTEMAS DE AÇÕES
ANTES DO TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> • PESSOAS → LOCAIS, SIMPLES • ANIMAIS → CAVALOS, JEGUES, CACHORROS, GATOS, SAPOS, PEIXES, CARANGUEIÇOS, CAVALOS-MARINHOS, TARTARUGAS... • COISAS → BARCOS, CANOAS, LAMPÍOES, REDES, GRANDE PARTE FABRICADOS LOCALMENTE. 	<ul style="list-style-type: none"> • HÁBITOS DE HERANÇA INDÍGENA, COMO PESCAR, A FORMA DE PREPARAR A COMIDA, TECER A REDE DE PESCA, AGRICULTURA, ARTESANATO COM PALHA E CROCHÊ • DANÇAR FORRÓ, BRINCAR CAPEIRA • TODOS SE CONHECEM, SE CUMPRIMENTAM • SABERES CONSTRUTIVOS LOCAIS (CONSTRUIA-SE COM AS PEDRAS DO SERROTE)
DEPOIS DO TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> • PESSOAS → DE TODO O MUNDO, SIMPLIS E LUXUOSAS • ANIMAIS → MUITOS CACHORROS E GATOS E REDUÇÃO DRÁSTICA NAS OUTRAS ESPÉCIES. "ACABOU O PEIXE" É O QUE SE ESCUTA DOS ANTIGOS PESCADORES • COISAS → DE TODO O MUNDO 	<ul style="list-style-type: none"> • HÁBITOS DE TODO O MUNDO. HOTÉIS, RESTAURANTES E FESTAS LUXUOSAS E COSMOPOLITAS. • PRÁTICAS INCORPORADAS NA CULTURA NATIVA → "ALTINHA" (UM TIPO DE FUTEBOL DE PRAIA), SURF, LONGBOARD E KITESURF • RESISTÊNCIA CULTURAL → AINDA EXISTE O CROCHÊ, A CAPEIRA E O FORRÓ TRADICIONAIS • UMA CULTURA NATIVA E UMA CULTURA ESTRANGEIRA COEXISTEM • OS NATIVOS FORAM EMPURRADOS PARA LONGE DA PRAIA

Imagem 15: tabela elaborada pela autora a partir de suas observações de campo.

Essas mudanças no espaço também podem ser lidas a partir da compreensão de Fontes (2005) da dupla dinâmica de exclusão interna, que é a exclusão das condições anteriores de existência de um povo, e de inclusão forçada, que é a inclusão forçosa desse povo em novos processos de sociabilidade que estão submetidos à lógica do capital.

Se antes a população nativa tinha direito integral de viver a praia e o mar, pescar em abundância, hoje ela não pode arcar com os custos de morar perto do mar e grande parte abandonou seus antigos saberes de pescar, plantar etc para assumir a função de ser a força de trabalho que sustenta a atividade turística do lugar, recebendo um dos piores salários do estado do Ceará e do Brasil. Em 2020, o salário médio mensal de Jijoca de Jericoacoara era de 1.3 salários mínimos. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava a posição 169 de 184 (IBGE, 2022).

Dessa forma, além de ter trazido um cenário de escassez para o povo nativo de Jeri, o turismo operando da engrenagem capitalista entendida por Harvey (2005, p. 146) como "coerência estruturada"⁴ está levando Jericoacoara ao que se chama de globalização, mundialização ou homogeneização da cultura. Assim, vale uma lembrança das preocupações sobre esse tema expressas na Recomendação de Nairóbi (UNESCO, 1976)

⁴ Harvey cria este conceito para sintetizar a solidez perversa do sistema capitalista, que, por amarrar diversos aspectos da vida ao seu modo de produção, inexoravelmente vai colonizando territórios e aumentando seu alcance devastador. Esses aspectos que compõem a teia da coerência estruturada capitalista vão de desigualdades nos estilos de vida das populações à utilização do conhecimento tecnológico para a obtenção de poder financeiro, passando por vários outros aspectos, inclusive pelas infraestruturas físicas para a reprodução do capital.

“diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifesta contemporaneamente em nossa época, esses testemunhos vivos de épocas anteriores adquirem uma importância vital para cada ser humano e para as nações que neles encontram a expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua identidade”.

Como apontou Da Silva (2015, p. 10), o capital “transforma as habilidades humanas, o conhecimento, o saber, os recursos sociais e naturais em formas estranhas aos homens”. Sendo assim, pode-se reconhecer no lugar esse tipo de processo de alienação, de distanciamento dos moradores em relação à essência identitária e aos saberes intrinsecamente locais.

Com a passagem do tempo e a chegada e intensificação do turismo, muitos saberes e ofícios foram se tornando mais escassos, isso porque os ofícios ligados ao turismo foram se estabelecendo como os mais rentáveis, sem falar que o cenário mudou de um lugar onde habitavam majoritariamente nativos para um lugar onde habitam majoritariamente estrangeiros, o que faz com que se acirrem disputas por terra e por trabalho e renda. Na família de seu Nito, um dos entrevistados desta pesquisa, tem-se um pai pescador (Nito) e um filho bugueiro (Maciel), por exemplo. E essa é a história de muitas outras famílias nativas da vila.

Assim, a ação de preservar as memórias desse lugar é aqui entendida como resistência ao processo de descaracterização cultural que está em curso. A importância disso reside no fato de que o sentido de identidade e de pertencimento de um povo é criado a partir da compreensão dos signos coletivos que constituem a sua história, o seu ser, a sua essência. A existência de um senso concreto de identidade, por sua vez, é um suporte precioso para a formação e o exercício da cidadania, o que inclui unir as pessoas para que as lutas sociais necessárias aconteçam (Pelegri, 2007, p. 89)

Em outras palavras, o investimento aqui direcionado à criação de uma infraestrutura para a preservação da memória de Jericoacoara se embasa na compreensão de que assim é possível chegar às transformações sociais necessárias ao lugar, uma vez que tratar a memória como patrimônio a ser preservado fortalece a identidade do povo, corroborando para a construção de um sentido sólido de coletividade que, quando organizado, pode lutar por seus direitos.

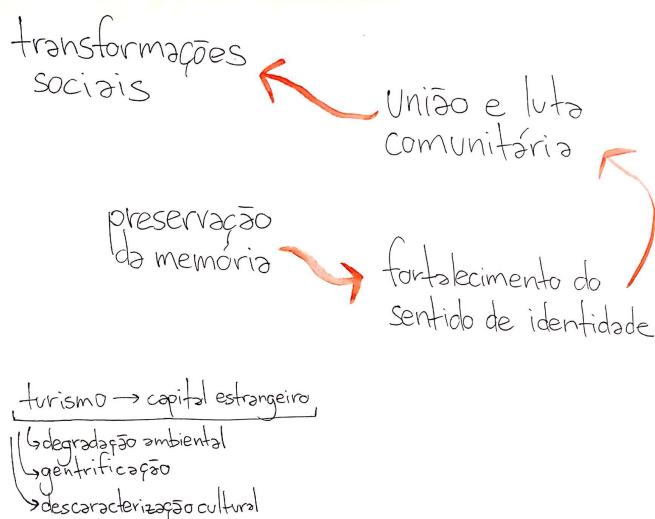


Imagem 16: esquema feito pela autora.

5.1. o museu - base teórica

A fundação do museu Baía das Tartarugas, de sua sede virtual (que já existe) à sua expansão física, baseia-se na museologia social e na noção de referência cultural.

Da museologia social, emprestamos a ideia de participação da comunidade nos processos do museu - tanto na construção do acervo quanto nas ações de educação patrimonial. Também, ela nos aporta uma noção expandida de museu, que aparecerá mais à frente no desenho do plano de ações do nosso museu. Como aponta Silva (2019, p. 188), para a museologia social,

“o museu é entendido como ferramenta de desenvolvimento social e constitui-se em processos museológicos nos quais as coleções deixaram de ser únicas fontes da ação preservacionista; o patrimônio é tratado de forma integral levando em conta suas dimensões natural e cultural, material e imaterial; a relação comunidade/território/patrimônio ganha a centralidade das ações museais e, nesse processo, compreende-se que “dois conceitos básicos e complementares estão envolvidos: a participação e a autogestão” (SANTOS, 2002, p.121). Baseada nos princípios teórico-metodológicos da Nova Museologia, a Museologia Social vem se consolidando como uma linha de atuação museológica em um cenário museal expandido.”

Apoiamo-nos também, para a concepção do museu Baía das Tartarugas, na noção de referência cultural, entendida como o conjunto de práticas, coisas e lugares que são identificados por grupos sociais como constituintes de suas identidades. A Política Nacional do Patrimônio Imaterial, de 2000, instituiu os Inventários Nacionais de Referências Culturais.

Nesse contexto, cabe citar um pouco da história do Programa Memórias, que é uma ação institucional de órgão público municipal, que propõe ações de pesquisa, inventário e difusão das referências culturais vinculadas à formação e ocupação de bairros periféricos da cidade de São José dos Campos/SP, a partir das memórias compartilhadas por seus moradores (Silva, 2019, p. 190). A influência desse programa também poderá ser observada mais à frente no plano de ações do nosso museu Baía das Tartarugas.

O Programa iniciou em 2010 a partir da experiência piloto no bairro Parque Novo Horizonte, com o objetivo de registrar a história do bairro a partir do ponto de vista de seus moradores. O bairro nasceu no contexto de crescimento e espraiamento da cidade, em 1978, construído em regime de mutirão e fortemente marcado pelo seu caráter operário.

Nesse projeto, utilizou-se a metodologia da História Oral, realizando-se entrevistas com os moradores mais antigos do bairro, que assim organizavam suas narrativas a interpretar e reelaborar suas histórias de vida, o que confirmou a compreensão de que

“as memórias, assim, seriam importantes elementos da sociedade, ancoradas nas lembranças de seus membros, que podem fazer com que os grupos compreendam a si mesmos como pertencentes a uma localidade, tendo um passado comum e, assim, fortalecendo sua identidade, possibilitando a percepção do que chamamos de patrimônio cultural” (SILVA; TAKMATSU, 2014, p.8)

Das entrevistas ocorridas entre 2010 e 2012, resultaram duas exposições (“Figuras Trabalhadeiras” e “Pessoas, Lugares e Olhares”), um livro (“Memórias do Bairro Parque Novo Horizonte: histórias e narrativas”), vídeos e uma série de encontros intitulados Café com Histórias.

A partir da observação de tais resultados, a prefeitura de São José dos Campos ampliou o Programa Memórias para outros quatro bairros. Nesse contexto, uma das mais interessantes

iniciativas se deu no bairro Santana, na qual as pessoas foram convocadas, a partir de 2012, a escreverem cartas para seu bairro (Cartas para Santana), o que iniciou um processo de construção participativa de um inventário do patrimônio cultural do bairro.

Edificado	Imaterial	Natural
Paróquia Sant'Ana	Festa de Sant'Ana	Rio Paraíba do Sul
Grupo Escolar de Sant'Ana do Paraíba	Procissão de Sant'Ana	Árvore Figueira
Vila dos Vicentinos	Ofício de Parteira	
Cine Santana	Ofício de Sapateiro	
Praça da Matriz	Som do sino da igreja	
Cortiço "Chapéu Véio"	Fanfarra de Santana	
Sede da Rhodia	Brincadeiras	
Fazenda Tecelagem Parahyba	Ofício de Engraxate	
Cemitério	Futebol de Várzea	
Hospital Pio XII	Ofício de Carroceiro	
Clube Santaninha	Farofa de Iça	
Ponte Minas Gerais	Procissão dos Descalços	
Bebedouro dos cavalos	Bolinho Caipira	
	Circo	
	Serenatas	
	Banda de Santana	
	Ofício de Costureira	

Imagem 17: Inventário de referências culturais - Cartas para Santana. Fonte: Pereira e Roque (2018)

Assim, o Programa Memórias “pode ser entendido como um conjunto de ações estratégicas que, por um lado, visa auxiliar a comunidade em processos de inventário de suas referências culturais e, por outro, pode servir aos técnicos do patrimônio como subsídios para uma gestão inclusiva, a partir de novos olhares e percepções dos bens culturais a serem preservados” (Silva, 2019, p. 180).

A partir da inspiração fornecida pelo Programa Memórias, pretendemos trazer para o Plano de Ações do museu Baía das Tartarugas um projeto parecido, convocando as pessoas a escreverem Cartas para Jericoacoara, para a criação não só de um acervo participativo, mas também de uma cultura que olha para o lugar com o olhar patrimonial. Queremos saber quais são as referências culturais que constituem o imaginário do povo de Jericoacoara.

Segundo o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (BRASIL, 2000), estão entre Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro: os Saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano); as Celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social); as Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); os Lugares (onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas); além destes, outros Bens que não se enquadrem podem ser tombados a partir da criação de novos livros de registro.

Vale também trazer à luz parte do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

“Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.”

Falando mais especificamente da questão do patrimônio imaterial, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), em seu artigo 2, diz:

“Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.”

E, em seu artigo 15, que “No quadro de suas atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, cada Estado Parte deverá assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à gestão do mesmo.”

Ainda, ao se pensar esse museu, levou-se bastante em consideração o pensamento elaborado por Cecília Londres (2006), no âmbito em que ela propõe a implantação consciente do museu no lugar, com a consideração dos múltiplos fatores que fazem do espaço lugar (ligado à identidade) daqueles que ali habitam - uma vez que um museu é uma nova entidade que vai buscar se integrar àquele lugar. Assim, essas referências culturais não podem caricaturar a experiência real que se configura como formadora da identidade do povo, mas devem retratar de verdade a alma e a cultura das pessoas, e então serem trazidas para o museu que por consequência terá grande capacidade de ser apropriado pela comunidade, como se deseja. Cecília (p. 113) assinala que:

“quando se trata de um solo cultivado, que tem cultura inscrita nele, pensar em uma intervenção, mesmo que seja com o objetivo de preservar o patrimônio, implica uma reorientação do uso desse solo. Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas de natureza - vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora, etc. - e de um conjunto de construções, mas, sobretudo, de um processo cultural - ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes” (...) Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, hábitos, etc.”

Assim, o objetivo maior do museu Baía das Tartarugas sempre foi encontrar uma forma de fortalecer a comunidade de Jericoacoara (a partir da consciência histórica e cultural que religa o povo à sua raiz identitária) e fomentar um tipo de turismo mais atento à cultura local, uma vez que observa-se em Jericoacoara, como em tantos outros lugares, um fenômeno em que o destino turístico se molda aos desejos e às expectativas (direcionados por imagens massificadas do capital globalizado) de seus visitantes, perdendo muito de sua essência. É como diz Molina (2007, p.72), “Jericoacoara insere-se nos casos em que a funcionalização turística do espaço ocorre devido à pressão da demanda, e sua chegada põe em ação os agentes que ofertam serviços, provocando mudanças na produção do espaço (Sánchez, 1991)”, e, ainda, (p.44), “a identidade torna-se, portanto, produto da extensão da sociedade de consumo, cada vez mais mediada pelo mundo da mercadoria”.

Nosso Museu vem, então, em contrapartida a essa lógica massificante e homogeneizante dos lugares. É para atrair turistas que se interessem pela essência do lugar - essência indígena, pescadora, de vilarejo com comunidade forte e unida -, e conscientizar cada vez mais os turistas que buscam apenas um charmoso shopping sobre as areias macias e sob o céu estrelado, não importando se todo aquele fetichismo da mercadoria e prazer consumista se ergue sobre os escombros de uma cultura tradicional.

É para fomentar os negócios nativos, fomentar a melhor distribuição do grande capital que circula na Vila, e fomentar um circuito turístico que consiga conectar o turista ao patrimônio cultural, histórico e ecológico do lugar, beneficiando sobretudo a população nativa.

Vale salientar que, mesmo a partir do entendimento de que o turismo da forma como se deu trouxe muitos prejuízos para a vila, seu patrimônio ecológico e cultural, e para sua população originária, não é possível desprezar a existência do turismo, pois hoje a grande maioria da população local, nativa inclusive, sobrevive a partir dele. Sendo assim, seria preciso pensar outras formas de turismo, menos predatórias, e mais sustentáveis. Assim, nossa proposição vai no sentido de buscar criar essa prática de turismo mais harmoniosa com as dinâmicas locais.

À respeito disso, é válido trazer aqui um pouco sobre a experiência da Rede Tucum, uma rede cearense de turismo de base comunitária pioneira no Brasil, que foi criada em 2008 com o objetivo de dar visibilidade às lutas pela terra no litoral cearense a partir de práticas de turismo comunitário.

Regida pelos princípios da solidariedade e da coletividade (Martins, 2013, p. 10), a Rede Tucum hoje possibilita a valorização da cultura tradicional de 15 localidades no litoral cearense por meio da criação de uma plataforma de integração da prática turística à dinâmica produtiva local. Norteada pelo horizonte da justiça ambiental, a Rede Tucum promove a geração e a distribuição equitativa de renda nas comunidades que a integram, que vão desde povos indígenas a comunidades pescadoras e assentamentos rurais e quilombolas. Funciona da seguinte forma: as pessoas podem conhecer a Rede e os serviços disponibilizados por meio do site, entrar em contato e agendar passeios e hospedagens nas comunidades. O site oferece inclusive um calendário de festejos tradicionais das localidades.

Se, por um lado, o turista que optar por conhecer os serviços da Rede Tucum não vai acessar diversas comodidades oferecidas pelo turismo tradicional, como hotéis e restaurantes luxuosos, por outro lado esses turistas vão pagar preços justos por serviços turísticos de qualidade e de estimada beleza cênica e ter acesso à riqueza cultural desses lugares em sua fonte mais abundante.

Vale ressaltar que, em sua assembleia anual de 2013, a Rede Tucum redigiu seu Caderno de Normas e Procedimentos Internos, que asseguram seus princípios éticos e seu padrão de

qualidade dos serviços turísticos. A análise desse documento permite observar como a Rede Tucum é bem estruturada e por que ela é tida como referência nacional em turismo de base comunitária.

A partir da inspiração trazida pelo exemplo da Rede Tucum, o Plano de Ações do museu Baía das Tartarugas vai incluir a criação de uma plataforma, uma espécie de mapa, de indicação de negócios pequenos e locais, uma “vitrine nativa”, para redistribuir o fluxo do capital que circula na vila e beneficiar os nativos.

Como orienta a Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial (UNESCO, 2003), em seu artigo 13, o museu também cumprirá as funções de educação para a valorização e transmissão do patrimônio, de formação em gestão do patrimônio e de fomento à pesquisa.

Assim, a ideia é criar no Plano de Ações programas de formação de educadores nativos que atuarão na educação patrimonial dentro do museu e nos espaços da vila - tanto em espaços de moradores, como escolas e o conselho comunitário, quanto em espaços de turistas, como hotéis e pousadas⁵. Também, em passeios culturais ao longo da vila. Além disso, o museu deve incluir no Plano de Ações “acontecimentos” para a conscientização quanto à preservação do patrimônio, de modo a intervir nos espaços públicos da vila de formas variadas, devendo contar, para isso, com uma equipe de trabalho criativa e multidisciplinar. Vale salientar que alguns acontecimentos serão “fixos”, como o próprio Museu e o sistema de sinalização ligado a ele que será abordado adiante, e outros acontecimentos serão passageiros, como a criação de instalações e esculturas provisórias, ações teatrais e de performance etc, para chamar a atenção para o Museu e a questão do patrimônio da vila.

⁵ Essa separação entre “espaços de moradores” e “de turistas” deve existir cada vez menos segundo uma concepção de turismo, como a que defendemos aqui, mais integrada à vida real da comunidade.

5.2. o museu - plano de ações

O Plano de Ações que foi esboçado anteriormente será agora esmiuçado. O plano é embasado em três princípios, que definiram três eixos: participação popular, fortalecimento da comunidade e participação ativa do museu na vida cotidiana. Na hipótese da construção real do museu, este plano deveria servir de base propositiva para a construção de um plano real com participação ativa da comunidade.

I. Participação popular

- a) A equipe do museu será composta majoritariamente por nativos.

Essa equipe será responsável pela montagem das exposições e manejo das obras a serem expostas, pela manutenção do museu, pela educação para o patrimônio, pelo diálogo do museu com a comunidade jericocoarena, pela pesquisa e curadoria do museu e pela conservação e o restauro dos itens do museu.

- b) Haverá a construção de um acervo participativo.

À inspiração do que foi feito no bairro de Santana em São José dos Campos, o museu vai criar um programa chamado “Cartas para Jericoacoara”, com ações de marketing convocando as pessoas que têm uma ligação emocional com a vila a escreverem suas cartas contando de sua relação com o lugar. A partir dessas cartas, poderemos entender quais são as referências culturais que constituem o imaginário do povo de Jericoacoara, e ir incorporando isso ao acervo do museu.

- c) Haverá participação da população nos programas de educação patrimonial.

Isto se baseará na formação de educadores, sobretudo nativos, que atuarão em escolas, junto aos turistas (ações de educação nos hotéis, passeios culturais pela vila e em seus arredores) e no próprio museu. Nesse sentido, o museu funcionará como uma espécie de escola, oferecendo periodicamente cursos sobre os patrimônios da vila de Jericoacoara e de formação de educadores para o patrimônio. Além dos cursos sazonais, deve haver um programa permanente de ensino de línguas estrangeiras, uma vez que existe em Jericoacoara um enorme aporte de pessoas de outros países, sobretudo da América Latina; para que a comunidade tenha possibilidade de competir com os empresários estrangeiros, a existência de uma escola comunitária de idiomas é urgente.

- d) Haverá um diálogo e uma cooperação com o Conselho Comunitário de Jericoacoara.

Como entidade representativa de toda a comunidade, com uma longa história de lutas, o Conselho deverá fazer parte do museu, no âmbito do desenvolvimento de atividades conjuntas.

II. Fortalecimento da comunidade

- a) Haverá a criação de uma “vitrine nativa”.

Será uma plataforma, uma espécie de mapa, de indicação de negócios pequenos e locais para redistribuir o fluxo do capital que circula na vila e beneficiar sobretudo os nativos. O mapa será inicialmente criado em reuniões com a comunidade e depois ficará disponível para novos cadastros online. Esses cadastros serão solicitados e avaliados pela equipe do museu, e assim o mapa cresce e vai oferecendo mais diversificadas alternativas para os turistas que desejam contribuir com a comunidade. O cadastro de cada empreendimento deve incluir os serviços ou produtos oferecidos, preços, um pouco da história do empreendimento e das pessoas envolvidas, fotografias e/ou vídeos, endereço e contatos (redes sociais, telefone).

III. Participação ativa do museu na vida cotidiana

- a) O museu será vivo, atuante.

O museu atuará de forma a promover uma programação semanal em sua sede, incluindo diversas manifestações culturais locais, e também atuar fora do perímetro de seu edifício, produzindo “acontecimentos” para a conscientização quanto à preservação do patrimônio, de

modo a intervir nos espaços públicos da vila de formas variadas. Para isso, o museu deve contar com uma equipe de trabalho criativa e multidisciplinar. Vale salientar que alguns acontecimentos serão “fixos”, como o próprio Museu e o sistema de sinalização ligado a ele que será abordado adiante, e outros acontecimentos serão passageiros, como a criação de instalações e esculturas provisórias, ações teatrais e de performance etc, para chamar a atenção para o Museu e a questão do patrimônio da vila.

Existem algumas referências artísticas na vila de Jericoacoara que podem servir de inspiração para abrir os horizontes criativos do museu para movimentar as ruas com ações de educação patrimonial. Elas serão sintetizadas a seguir⁶, e cada uma terá um título, que remete à ideia evocada pela história que pode ser apropriada, transformada, pelo Museu.

Como fazer uma intervenção urbana de protesto?

Por volta de 2009, Esteban Franich criou uma escultura, no meio da rua principal, em protesto contra a má utilização pelo DETRAN dos troncos de carnaúba para a demarcação de caminhos de veículos nas dunas. As carnaúbas estavam apodrecendo e sendo carregadas pelo movimento dos ventos e pelo mar, então Esteban juntou várias delas e construiu a escultura, que era amarrada por ferragens.

Segundo seu autor, “a realização da escultura, além de ser uma expressão cultural local, estará representando a carnaúba como símbolo do estado e de um povo para relembrar o respeito que esta espécie merece”. A escultura foi feita para resistir ao tempo, mas menos de 24 horas depois ela foi incendiada por vândalos.



Imagem 18: “Árvore da vida”, 2009. Fonte: acervo de Esteban Franich.

Como chegar ao coração das pessoas através de uma performance, da construção de um personagem?

⁶ Jericoacoara é um lugar bastante movimentado por “acontecimentos” artísticos em suas ruas. Em uma noite qualquer na “alta” temporada, um turista que caminha pelas ruas se depara com um violinista acompanhado de um pandeiro na Rua do Forró. Mais adiante, no Beco do Forró, ele encontra um poeta que recita seus versos. Entrando na Rua Principal, ele vai cruzar com um saxofonista emocionando as pessoas com suas canções. Em frente à praça, encontrará um artista circense cuspidor de fogo e fazendo acrobacias para um grande público. Na volta pra casa, andando pelo Beco Doce, vai ouvir ainda o cantar bêbado de um artista em sua folga, tocando para os amigos. Sendo assim, os exemplos tomados aqui foram escolhidos pelo seus papéis emblemáticos na história da vila.

Por 15 anos, um artista elegantemente vestido com uma roupa feita a partir de latas, conhecido por todos como Bin Lata, andou pelas ruas da vila a conversar com as pessoas e vender suas pequenas esculturas feitas com materiais metálicos reciclados. Bin morreu em janeiro de 2022, e é lembrado por todos como uma verdadeira lenda de Jericoacoara, como alguém extremamente gentil e de bom coração, que enfeitava as ruas da vila com arte e alegria.



Imagem 19: Bin lata, abril de 2018. Fotografia de Regilvado Freitas.

Como trazer conscientização e ao mesmo tempo alegria para a Vila?

Há alguns anos, um grupo de moradores de Jericoacoara, os Brincantes do Boi Armorial, monta seu bonde e sai fazendo cortejos promovendo educação ambiental e conscientização da comunidade, além, é claro, de espalhar muita alegria.



Imagem 20: Brincantes do Boi Armorial, janeiro de 2020. Fotografia de Nathália Horikava.

5.3. o museu - pistas sobre o acervo

A partir da pesquisa que foi realizada até esse momento, uma opção que pareceu lógica e didática para organizar o acervo do Museu foi separá-lo em dois eixos. No primeiro, estão agrupadas informações sobre o patrimônio ambiental de Jericoacoara - suas características e dinâmicas naturais, seu valor arqueológico e geológico, sua biodiversidade. No segundo eixo, estão as pesquisas sobre o patrimônio comunitário e humano da vila - as histórias de seus moradores, as histórias da comunidade, os saberes e fazeres tradicionais do lugar. Denominamos esses eixos de "Patrimônio ambiental" e "Patrimônio humano".

O que se considera aqui como material passível de ser acervo do museu se entrecruza com o material tomado como estudo da região para embasamento da proposta arquitetônica e urbanística do Museu Baía das Tartarugas.

I. Patrimônio ambiental

a) Caracterização geomorfológica

Jericoacoara é uma planície costeira marcada por uma diversidade de paisagens e ecossistemas, tanto dentro de seus limites quanto em seus arredores. As unidades geoambientais compreendidas em seu contexto são faixas de praia, campos de dunas móveis e fixas, planície de aspersão eólica, lagoas interdunares, planície fluviomarinha com manguezal e serrote.

As **faixas de praia** são ambientes instáveis, muito frágeis, devido à suscetibilidade à erosão provocada pelo vai-e-vem das marés. Seus sedimentos são holocênicos, constituídos por areias quartzosas, e possuem grande mobilidade. É um ecossistema favorável à reprodução de tartarugas marinhas, as águas são limpas com cores entre o azul e o verde, propícias para banho, caminhadas e prática de esportes. As faixas de praia de Jericoacoara foram didaticamente divididas em três, segundo critérios “relacionados à fisionomia da linha de costa, aos processos morfogenéticos, à morfologia do serrote da Pedra Furada, à presença de rochas no estirâncio e à área-fonte de sedimentos para a origem dos campos de dunas” (Arruda, 2007, p. 44). Cada setor de praia será apresentado a seguir.

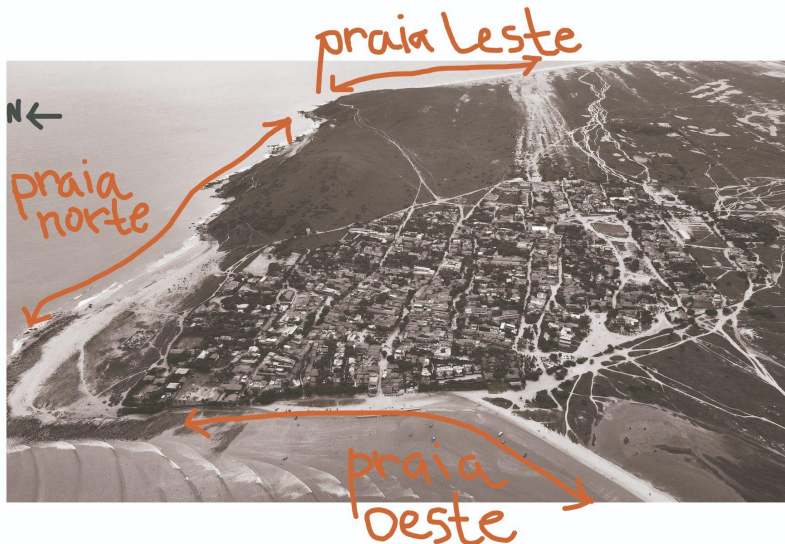


Imagem 21: As três faixas de praia de Jericoacoara. Fotografia aérea de Derek Velasco (2022) e mapa de autoria da autora.

Praia leste: é o local de onde vêm as areias que formam os campos de dunas móveis e fixas. É um setor que apresenta intenso fluxo de veículos, sendo o principal caminho de acesso à vila de Jericoacoara. Observa-se nesse setor a presença de feições de pequenas falésias próximas da linha de praia, evidenciando os processos erosivos provocados pela maré e principalmente pelo fluxo de veículos. É nesse setor que, mais em direção ao sul, encontra-se o famoso destino da árvore da preguiça e, adiante, a praia do Preá.



Imagem 22: Pequenas falésias no caminho que liga Jericoacoara a Preá. Fotografia retirada de Arruda (2007, p. 45).

Imagem 23: Árvore da preguiça (espécie *Conocarpus erectus* ou Mangue de botão). Segundo os saberes locais vivos através da oralidade, essa árvore é indício de que aquela região já foi mangue. Fonte da imagem: Tripadvisor.

Praia norte: é a faixa associada ao promontório denominado Serrote de Jericoacoara. É nesse setor onde está a famosa Praia de Malhada, frequentada sobretudo por moradores e nativos de Jeri. A faixa de intermaré é estreita e rochosa, e durante a maré baixa é utilizada como caminho de pedestres para chegar à Pedra Furada, um dos principais destinos turísticos de Jeri. Durante o preamar (maré cheia), as ondas quebram no pé do serrote, tornando a faixa de praia inacessível. Este processo ocasiona a erosão do sopé do serrote e das rochas de praia (cristalinas e sedimentares), o que por sua vez produz sedimentos arenosos; outros sedimentos chegam ali transportados da praia leste pelo vento (Arruda, 2007, p. 45).



Imagem 24: Praia da Malhada (faixa norte): caminho para a Pedra Furada, Fotografia de Regivaldo Freitas, novembro de 2022.

Imagens 25 e 26: na Praia da Malhada, pode-se observar uma areia bastante rica em sedimentos provenientes da erosão das rochas. Fotografias da autora, dezembro de 2020.

Praia oeste: vai da vila de Jericoacoara à desembocadura do estuário do rio Guriú. A parte desse setor associada à vila de Jericoacoara é conhecida como praia principal, e é a praia mais frequentada pelos banhistas, sobretudo pelos turistas. Muitos hotéis e restaurantes estão instalados ali, na região de intermaré, o que causa bastante interferência na dinâmica das marés, sobretudo porque esses empreendimentos constroem contenções para evitar a chegada do mar.

Era ali também que se localizava a histórica duna do pôr do sol, que por muitas décadas foi um lugar onde se encontravam turistas e moradores para apreciar a despedida diária do sol. Na década de 1970, a duna chegou a ter 60 metros de altura. Essa duna deixou de existir em 2023, devido ao processo natural de migração das dunas acelerado pelo desgaste sofrido pela ocupação humana.

O setor oeste como um todo, no entanto, vai bem além da praia principal, tem a forma de uma pequena enseada e recebe sedimentos eólicos resultantes da migração das dunas; como consequência disso, observa-se ali a presença de dunas barcanas próximas à linha de praia. Além disso, existe nesse setor o que se denomina paleomangue - um antigo manguezal que foi soterrado pela areia, e do qual hoje só se pode ver troncos de árvores. Como apontou Arruda (2007, p. 46), a presença de paleomangue ali evidencia “processos erosivos relacionados com os eventos de mudanças do nível relativo do mar (Meireles, 2001)”.



Imagem 27: Duna do pôr do sol em 1984. Fonte: Acervo de Esteban Franich.

Imagem 28: Duna do pôr do sol em 2023. Fotografia de Hugo Albuquerque.

Os **campos de dunas móveis** são formações desprovidas de cobertura vegetal, móveis (como o nome diz), que mantêm em aquífero reservas de água doce. São ambientes ligados a processos de acumulação eólica de areia de origem marinha, que desenham morfologias influenciados por fatores como regime de ventos, topografia, características da vegetação, disponibilidade de areia, oscilações no nível do mar e evolução geológica da terra (Arruda, 2007, p. 47).

São ambientes bastante instáveis, e, em Jericoacoara, exercem uma importante função como reservatórios de sedimentos para a manutenção de um aporte regulador de areia. A principal ameaça que sofrem está ligada ao trânsito de veículos de tração sobre o campo dunar, que induzem processos turbulentos na remobilização dos sedimentos, acarretando mudanças na forma natural das dunas.

As dunas móveis são caracterizadas como de 3ª e 2ª geração. As dunas de 3ª geração estão em atual processo de formação, nos setores leste e oeste de praia. São de médio e pequeno porte, encontram-se transversalmente à direção predominante dos ventos, e podem ser alcançadas pela maré cheia; quando isto acontece, parte dos seus sedimentos é carregada novamente para a deriva litorânea, o que atribui às dunas de 3ª geração extrema importância na manutenção de um aporte de areia regulador da dinâmica costeira local (Arruda, 2007, p. 48).

As dunas de 2ª geração alcançam mais de 50 metros de altura e 1,2 km de extensão, e migram de 12 a 30 metros por ano, de acordo com as direções predominantes dos ventos (leste e nordeste). Essas migrações ocorrem principalmente no segundo semestre do ano, quando os ventos são mais velozes e chove menos. As dunas migram em direção ao setor oeste de praia, na direção das dunas fixas mais interiores, soterrando a vegetação fixadora destas. Essas dunas são as de maior expressividade no PARNA Jeri, e seus sedimentos vêm do setor leste de praia. Nas proximidades da vila, é provável que os lençóis freáticos associados às dunas de 2ª geração estejam contaminados, tendo em vista a grande quantidade de fossas sépticas e esgotos a céu aberto (Arruda, 2007, p. 49).

Os **campos de dunas fixas** são distintos dos móveis por possuírem vegetação fixadora associada a eles. São classificados como dunas de 1ª geração, por serem as dunas mais antigas da região, e encontram-se afastadas da área-fonte, nos limites sul, sudeste e sudoeste do parque. Elas se dispõem paralela e transversalmente à direção predominante dos ventos, e sua cobertura vegetal é densa, com árvores e arbustos que cobrem toda a superfície das dunas. Segundo Arruda (2007, p. 50), a existência dessas dunas evidencia que ocorreram mudanças no nível do mar, “uma vez que o volume dos sedimentos não é compatível com a dinâmica de transporte atual (Meireles e Raventós, 2002)”.

Essas dunas de 1ª geração apresentam uma grande reserva de água de excelente qualidade em seus aquíferos, e também são ecossistemas bastantes ricos em biodiversidade de fauna e flora.

A **planície de aspersão eólica** é onde ocorre a movimentação das dunas móveis de 2ª geração e onde se abrigam as **lagoas interdunares**. Sua origem está ligada a eventos regressivos do mar durante o Holoceno (de 12 mil anos atrás até os dias atuais) e o Pleistoceno (entre 2,5 milhões e 11,7 mil anos atrás). No período chuvoso (primeiro semestre do ano), o movimento das dunas diminui e essa planície fica povoada por inúmeras lagoas interdunares, que dão suporte a uma diversificada fauna. No período de estiagem e fortes ventos (segundo semestre do ano), os aquíferos reduzem seus níveis, as lagoas tornam-se mais raras e a planície se torna substrato para a deriva eólica, isto é, suas areias abastecem o movimento das dunas de 2ª geração.

Essa planície está hoje repleta de trilhas geradas a partir de um desenfreado fluxo de veículos que entram e saem de Jericoacoara. Essas trilhas impactam diretamente o ambiente das lagoas, bem como o ruído dos veículos, que afugenta principalmente a avifauna (Arruda, 2007, p. 53). A maior parte das lagoas é intermitente, como foi explicado anteriormente, mas uma parte delas é perene - isso acontece quando as dunas migrantes interceptam canais fluviais como a

Lagoa de Jijoca. Em geral, o terreno das lagoas é areno-argiloso, com matéria orgânica e restos de moluscos no fundo lamoso.



Imagem 29: Planície de aspersão eólica no primeiro semestre do ano, dunas de 2ª geração e lagoas interdunares. Fonte: Conselho Comunitário de Jericoacoara.

A **planície fluviomarinha com manguezal** - o estuário do Rio Guriú e o Mangue Seco - localiza-se no limite oeste do PARNA Jeri. É lá onde existe o famoso passeio do cavalo marinho, em que adentra-se o rio em pequenos barcos a motor e se pode avistar e interagir com cavalos marinhos.



Imagem 30: Parque Nacional de Jericoacoara (acima) e APA da Lagoa de Jijoca (abaixo), destacando-se a localização do estuário do Rio Guriú. Elaboração da autora.

Esse ecossistema é fortemente influenciado por fatores como a oscilação das marés e o aporte de sedimentos pelos ventos (o avanço das dunas de 2ª geração gerou bancos de areia e processos de soterramento no local).

Os estuários são ambientes de transição entre a terra e o mar. São caracterizados por serem altamente ricos e com grande diversidade biológica; também, com elevada vulnerabilidade. Esses ecossistemas têm alta produtividade, sendo considerados verdadeiros berçários da vida local, uma vez que a fauna utiliza-se dos manguezais para se alimentar, reproduzir, desovar e fugir de predadores.

A legislação ambiental brasileira determina, desde 1965, que manguezais são Áreas de Preservação Permanente, onde é estritamente proibido qualquer tipo de exploração econômica direta ou ocupação humana.

As atividades predatórias advindas da ocupação humana desestabilizam profundamente os ambientes de mangue. O trabalho de Oliveira (2018, p. 54) mostra como, entre 2006 e 2017, 13,81 % da vegetação natural arbórea/arbustiva do estuário do Guriú foi perdida. Também, perdeu-se 11,09% do campo de dunas e aumentou em 30,29 % a área de vegetação antropizada (degradada) do ecossistema. O mapa contido na imagem XX é retirado desse trabalho, e mostra a gradação de vulnerabilidade dentro do estuário do Guriú.

Já Arruda (2007, p. 54) destaca como o intenso tráfego de veículos ao longo do acesso ao Guriú degradou a área de apicum - região do manguezal sem cobertura vegetal expressiva, mas de intensa diversidade de fauna e produtora de nutrientes. Esses danos ambientais estão associados a compactação do solo, ruídos dos veículos e pisoteio dos caranguejos. O trabalho de

Arruda propõe então uma delimitação mais específica dos caminhos de acesso ao Parque Nacional, reduzindo o impacto desnecessário do tráfego de veículos sobre grandes áreas de extrema importância ambiental e grande vulnerabilidade.

Temos inúmeros relatos de moradores de como no passado encontrava-se no local cavalos marinhos coloridos e em grande maior quantidade. No período de 2011 a 2015, desenvolveu-se no Parque Nacional de Jericoacoara uma pesquisa para conhecimento do estado de conservação dos cavalos-marinhos envolvidos na exploração turística. A pesquisa detectou uma diminuição significativa na densidade populacional dos cavalos-marinhos ao longo dos anos (Carvalho et al, 2022), corroborando a necessidade de regulamentação e ordenamento da atividade turística.

Os cavalos-marinhos encontrados no mangue do Guriú são da espécie *H. reidi*, que está na Lista Brasileira de Fauna Ameaçada de Extinção (MMA, 2014) e na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, 2021).

Embora tenhamos registros de ações de formação ambiental dos agentes envolvidos com o turismo na região do mangue e de regulamentação legislativa para atender à demanda de melhor preservação do ecossistema (Portaria nº 579, 2017), o que nos dizem essas pesquisas e a realidade experienciada por quem habita próximo ao mangue é que precisamos preservar melhor esse ecossistema.

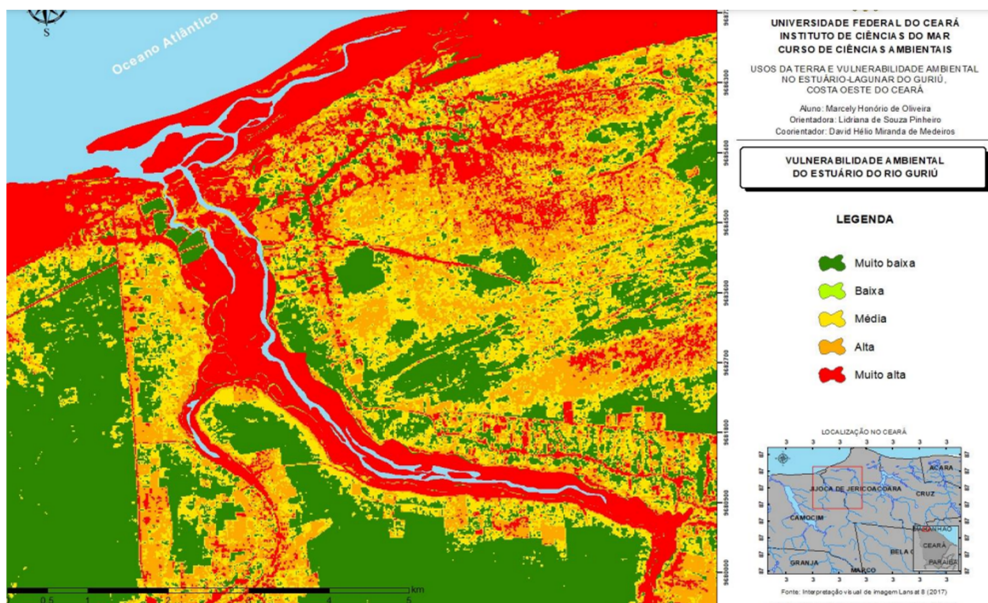


Imagem 31: Mapa de graduação de vulnerabilidade ao longo do estuário do Guriú. Retirado de Oliveira (2018, p. 68)

Imagem 32: Estuário do Rio Guriú em 1987. Fonte: Acervo de Esteban Franich.

Para concluir a exposição sobre as unidades geomorfológicas do PARNA Jeri, abordo o Serrote. O serrote trata-se de um acidente geográfico correspondente a uma formação dunar com cerca de 98m de altura e fixada por vegetação mista de elementos do cerrado e da caatinga; sua importância reside no fato de proteger grande parte da vila de Jericoacoara da ação dos ventos e do conseqüente avanço das dunas móveis, além de servir como área de pastagem e ser um mirante natural. O Serrote abriga uma trilha para se chegar à Pedra Furada e também abriga o Farol de Jericoacoara. Sua formação geológica remonta ao pré-cambriano (Molina, 2007, p. 49), e é do Serrote que no passado muitas pessoas retiravam pedras para realizar construções. O enorme campo rochoso que se encontra no sopé do serrote, incluindo a própria Pedra Furada, foi originado por processos de descolamento e rolamento de sedimentos do Serrote (Arruda, 2007, p. 56).

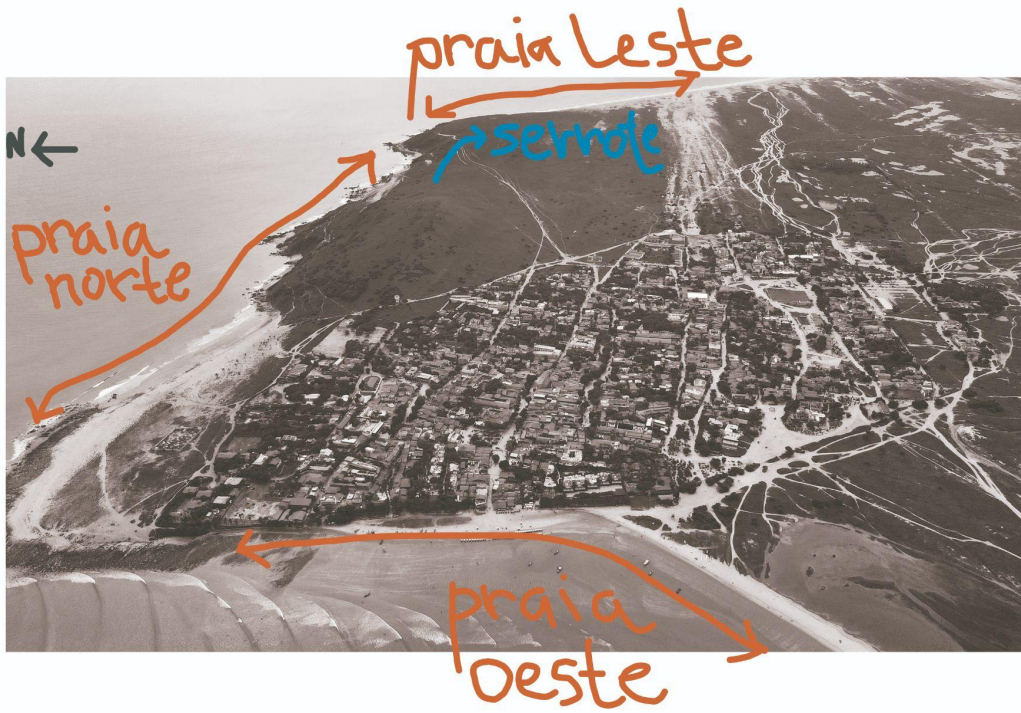




Imagem 33: Localização do Serrote. Fotografia aérea de Derek Velasco (2022) e mapa de autoria da autora.

Imagem 34: Serrote da pedra furada. Fonte: Arruda, 2007, p. 55.

Imagem 35: Serrote com suas trilhas e o farol no topo. Fonte: Regivaldo Freitas, set. 2021.

Imagens 36 e 37: Serrote da pedra furada em 1984. Fonte: Acervo de Esteban Franich.

b) Histórico das Unidades de conservação da região

No início dos anos 80, muitos debates ambientalistas estavam acontecendo no Brasil. Além disso, existiam muitos interesses, de empresários do turismo, na criação da Área de Proteção Ambiental (APA), que valorizaria então o valor turístico do lugar. Dessa forma, o Decreto Federal N° 90.379, de 29 de outubro de 1984, cria a APA de Jericoacoara.

A APA está no grupo de Unidades Sustentáveis da Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Consta no artigo 15 desta lei que a “Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

Mais especificamente, em relação à APA de Jericoacoara, o Artigo 2° do Decreto N° 90.379 diz:

“A declaração de possibilitar às comunidades caiçaras o exercício de suas atividades, dentro dos padrões culturais estabelecidos historicamente, tem por objetivo proteger e preservar: a) - os ecossistemas de praias, mangues e restingas; b) - dunas; c) - formações geológicas de grande potencial paisagístico e científico; d) - espécies vegetais e animais principalmente quelônios marinhos; e) - aves de rapina e praieiras.”

A APA continha uma área de 5.480 ha (54,8 km²) e estava dividida em oito Sistemas de Terras (ST): Áreas do Serrote (ST I), Base do Serrote (ST II), Campo de Dunas (ST III), Praias (ST IV), Lagoas (ST V), Manguezais (ST VI), Tabuleiro (ST VII) e Área Urbana (ST VIII).

Fonteles (2005, p.49) descreve as controvérsias envolvidas no processo de criação da APA, uma vez que, ao mesmo tempo em que o evento foi euforicamente celebrado pela imprensa e pelos empresários do turismo, por outro lado a população local esteve alienada do verdadeiro significado desse acontecimento e foi criminosamente manipulada a assinar um documento que autorizava a criação da APA sem saber o que de fato assinava, sendo levada a crer que se tratava de um documento de solicitação de reabertura de uma maternidade.

Em 2002, os 7 primeiros Sistemas de Terra da APA e mais uma faixa de 1km de largura foram transformados em Parque Nacional, passando de Unidades Sustentáveis para Unidades de Proteção Integral, segundo a Lei N° 9.985. Apenas o Sistema de Terra VIII (Área Urbana) permaneceu classificado como APA, uma vez que não se pode construir em Parque Nacional.

O Decreto Federal n° 9.492, de 4 de fevereiro de 2002 cria o Parque Nacional de Jericoacoara e redefine os limites da APA de Jericoacoara. Assim, o Parque foi delimitado a uma área de 8.416 ha, administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA (que possui uma sede no local); e a APA fica reduzida a uma área de 0,78 km².

Segundo seu Artigo 2°, “os objetivos do Parque Nacional de Jericoacoara são os de proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais e proporcionar oportunidades controladas para uso público, educação e pesquisa científica”.

Em 15 de junho de 2007, tem-se a redefinição dos limites do Parque Nacional e a extinção da APA (que passa a ser tratada como comunidade de entorno de Unidade de

Conservação), através da Lei Federal Nº 11.486. Na ocasião, foram suprimidas dos limites do Parque áreas antropizadas (com famílias morando e trabalhando) e uma área onde foi construída a Estação de Tratamento de Esgoto – ETE da Vila de Jericoacoara; ademais, foram acrescentados 400 ha de mangue, na foz do Rio Gruuiu, no Município de Camocim, totalizando 8.850 ha de Parque Nacional.



Imagem 38: Delimitação atual do Parque Nacional de Jericoacoara (acima) e APA da Lagoa de Jijoca (abaixo).
Elaboração da autora.

Houve um processo relativamente participativo na criação do Parque em 2002 e na atualização dos seus limites em 2007. Segundo Fonteles (2017, p.58),

“Na transformação da APA em Parque, houve um debate mais intenso onde grande parte dos moradores posicionou-se contrária, tendo em vista os impactos que traria, uma vez que a sua criação foi motivada principalmente por interesses econômicos, pautados no potencial turístico (...) Na redefinição dos limites do Parque, os moradores foram ouvidos. Com relação à desafetação da APA, houve receio, mas tanto o Conselho Consultivo do Parque quanto a população da Vila, através das suas organizações, foram favoráveis, compreendendo que a gestão da área deveria ser feita pelo Município, com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, hoje Plano de Desenvolvimento Participativo – PDP”

Entre 2004 e 2006, foi estruturado o Conselho Consultivo do Parque Nacional (CONPARNA) e elaborado o Plano Participativo do Parque. A partir daí, se sucederam ações como a construção de guaritas, a retirada de ocupações irregulares dentro do Parque, a contenção de dunas que avançavam em direção à Vila, ações de comunicação (como a publicação do Informativo Riacho Doce), ações de educação ambiental e ações de fiscalização - do tráfego de

veículos nas dunas e no Serrote, da pesca ilegal, da retirada de sedimentos minerais de dentro do Parque (areia, conchas, pedras).

Em 2011, foi elaborado o Plano de Manejo. O Plano fez uma caracterização de cada setor do Parque e uma análise de forças e vulnerabilidades envolvidas no contexto do PARNA Jeri, indicando os caminhos a serem seguidos para o cumprimento dos objetivos do Parque. Para a elaboração desse diagnóstico do Parque, houve uma sistematização de várias pesquisas já realizadas no local por pessoas de diferentes áreas do conhecimento.

Foi feito um zoneamento, no qual foram identificadas zonas mais antropizadas, que foram classificadas majoritariamente como Zonas de Ocupação Extensiva, onde está previsto visitação e educação ambiental; estas representam 43% da área total do Parque. As zonas com menor nível de intervenção humana foram classificadas como Primitivas, e somam o total de 28% da área do Parque, onde ficou previsto grau mínimo de presença humana e a máxima preservação.

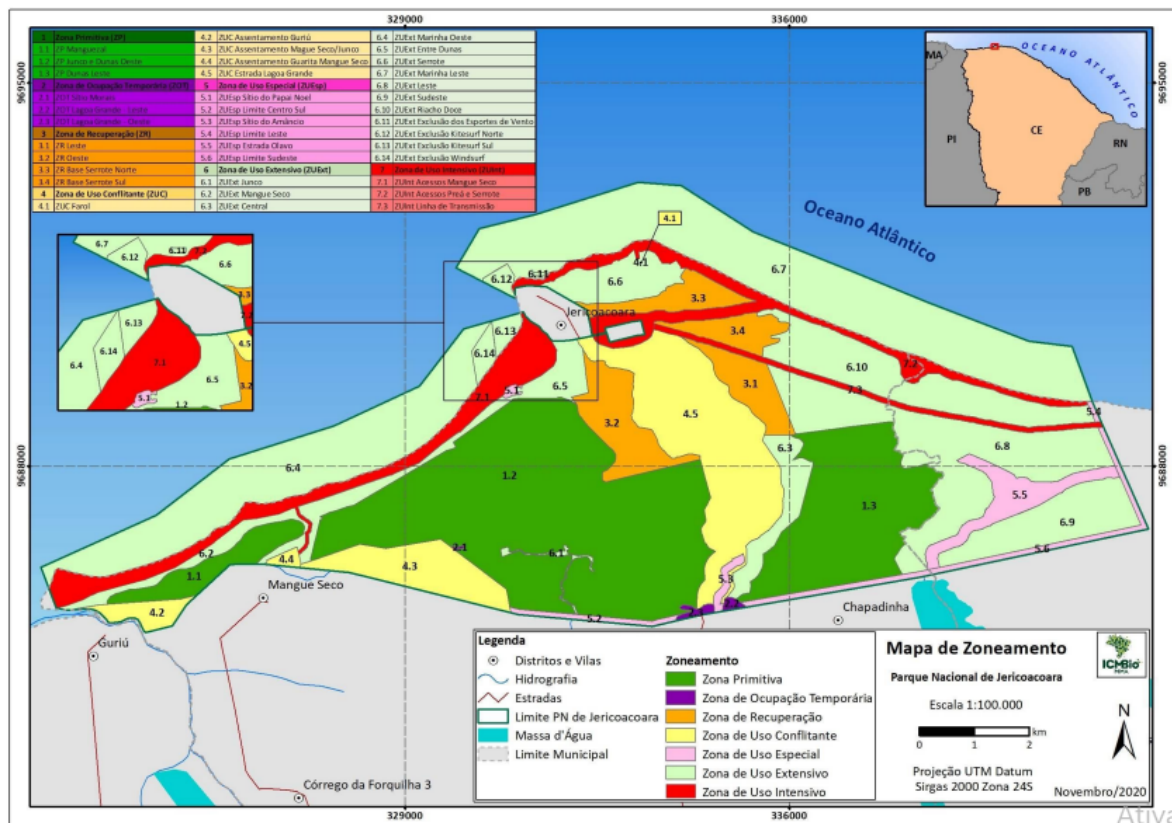


Imagem 39: Zoneamento do Parque Nacional de Jericoacoara. Retirado de BRASIL (2011, p. 26)

O Plano registra as dinâmicas que devem ser estabelecidas como regras para a fiscalização, o desenvolvimento de pesquisas, a visitação e a sensibilização ambiental, tanto do Parque quanto de seu entorno (Zona de Amortecimento, incluindo a área da Vila de Jericoacoara, que não pertence ao Parque).

O Plano de Manejo foi alterado em 2021 pelo IBAMA, e grande parte de suas diretrizes fixadas não foram concretizadas. Isso se mostra claramente quando observamos, por exemplo, a falta de políticas de incentivo às tradições e aos saberes locais, a precariedade na educação ambiental e na fiscalização, a falta de estímulo ao desenvolvimento de pesquisas etc.

Além do PARNA, foi criada em 2010 a unidade de preservação da APA da Lagoa de Jijoca (mostrada na imagem XX). Em 2019, foi elaborado seu Plano de Manejo.

II. Patrimônio humano

a) Histórico de ocupação humana em Jericoacoara

Para começar, vamos falar sobre os achados arqueológicos encontrados no lugar, e o que eles nos dizem sobre os primeiros agrupamentos humanos que ali estiveram.

No início de 2017, uma pesquisa conduzida pelo ICMBio, pesquisadores de várias universidades brasileiras e professores de escolas indígenas Tremembé de Almofala encontrou evidências de que Jericoacoara já estava ocupada 1200 anos antes do presente, ou seja, 800 anos antes da colonização europeia.

Outra pesquisa desse tipo, em que se fazem coletas sistemáticas de materiais dispersos em superfície e escavações no solo, aconteceu no local em 2010, e outras pesquisas do tipo também já haviam acontecido em anos anteriores. Entre os materiais que foram encontrados ao longo das pesquisas, nos sítios Serrote e Malhada, estavam fragmentos de vasilhas cerâmicas de paredes finas (em alguns casos com decoração incisa bastante elaborada), artefatos de pedra lascada e polida e fragmentos de moluscos (que indicam tanto elementos da dieta desses povos quanto materiais de adorno e instrumentos). Além disso, coletou-se amostras de solo e fragmentos de carvão, que registram as numerosas fogueiras usadas para diferentes fins, como cozinhar alimentos, fabricar vasilhas cerâmicas e se aquecer (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2017).

Um dos objetivos da pesquisa (que segue em curso) é entender como se deu a ocupação do território, se foi por um só grupo ou por vários, se esse grupo era ou não sedentário, como era sua dieta, como era o ambiente, quais as especificidades da tecnologia de fábrica de seus artefatos.

O material encontrado indica ocupações passageiras ou uma ocupação de permanência prolongada de um só grupo, uma vez que se trata de um conjunto artefactual único. No Rio Grande do Norte, sítios onde se encontrou um conjunto artefactual similar foram vinculados a acampamentos pré-tupi. No Piauí, vestígios arqueológicos análogos aos encontrados em Jeri foram associados a grupos Tremembés (Viana et al, 2007, p. 185).

Mais evidências apontam para a origem Tremembé em Jericoacoara: evocando uma visão interdisciplinar para o estudo da questão, nos valem de fontes históricas como os relatos de Yves d'Évreux, capuchinho francês que esteve com os Tupinambás da Ilha do Maranhão entre 1613 e 1614 e narrou as disputas entre Tupinambá e Tremembé nas proximidades de Camocim e Jericoacoara. Yves descrevia os indígenas dessa região como exímios pescadores que iam algumas vezes à caça e não tinham hortas, tinham abrigos muito simples e muitas vezes dormiam nas areias, ao ar livre (Viana et al, 2007, p.195-196). Relatos de outros colonizadores ressaltam a riqueza do lugar e a fartura de peixes que se encontrava no mar. Também, um mapa português de 1629 (imagem XX) representava uma "aldeia de índios" nas proximidades da baía de Jericoacoara. Em uma imagem mais ampliada, vê-se, também próximo a Jericoacoara, a denominação "Província dos Taramembes de Guerra".

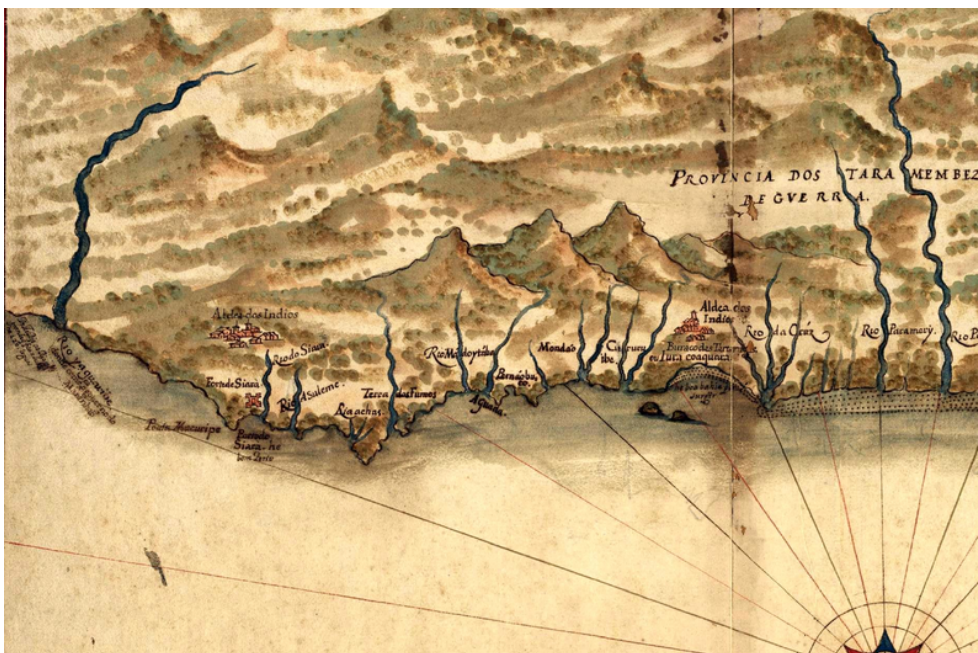


Imagem 40 - Mapa de Albernaz, 1629. Aproximação na região do litoral cearense. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Imagem 41 - Mapa de Albernaz, 1629. Aproximação na região de Jericoacoara. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

O primeiro registro da região de Jericoacoara na historiografia “oficial” ou eurocentrada é como local de passagem das caravelas do navegador espanhol Vincente Pinzón.

Eduardo Bueno, em 1998, no livro “Náufragos, traficantes e degredados”, conta que em janeiro de 1500, três meses antes de Cabral (que é conhecido oficialmente como o “descobridor do Brasil”), o navegador espanhol Vicente Pinzón aportou nas águas de Jericoacoara. Porém, este registro não pôde ser oficializado em virtude do Tratado de Tordesilhas, que entrou em vigor naquele mesmo ano.

Pinzón foi um dos capitães das caravelas de Cristóvão Colombo nas primeiras expedições em busca da América, em 1492. Com o dinheiro que recebeu de Colombo por ter participado dessas expedições, Pinzón realizou, em 1499, sua própria viagem, com 4 caravelas e uma tripulação de 160 homens. No dia 26 de janeiro de 1500, Pinzón aportou no que hoje conhecemos como Porto do Mucuripe, em Fortaleza.

Como já se delineou anteriormente, antes da chegada do turismo (antes da década de 1970), a comunidade de Jericoacoara vivia uma vida pacata de vila de pescadores, na qual aconteciam muitas trocas - o dinheiro pouco valia - e havia um senso forte de comunhão.

Como era de se esperar de um contexto de uma vila isolada pelo mar e pelas dunas, as técnicas desenvolvidas para a sobrevivência também tinham um grau interessante de aprimoramento (de um saber bastante enraizado e ancestral), embora fossem rudimentares, isto é, delimitadas pelo que era fundamental à sobrevivência. Fonteles (2005, p.48) descreve um pouco de como se configurava a pesca: “uso da propulsão natural ou de pequenos motores, barcos e instrumentos artesanalmente feitos pelos próprios pescadores, (...) Neste tipo de produção, os mesmos processos e tarefas (náuticas, de captura, desembarque e distribuição do peixe) são desempenhados pelos mesmos grupos de trabalho, as tripulações dos barcos que se constituem, no caso, de 3 ou 4 pescadores (MALDONADO, 1994: 25-26)”.

Existia uma ciência complexa que era dominada pelo mestre do barco, o pescador que sabia a hora de ir pro mar, se o vento estava bom, quem deveria ir no barco, onde ir buscar o peixe. Os pescadores chegavam a passar 6 dias emendados em alto mar, e voltavam com verdadeiras montanhas de peixes, que eram rapidamente tratados pelas mulheres da comunidade; elas faziam o processo de limpeza dos peixes em uma rapidez quase industrial. Aconteciam, sim, mortes no mar, mas não eram frequentes (VILA Kalango, 2016).

A grande questão do ‘início do fim’ da cultura do pescador, a partir da década de 1980, esteve associada à morte de Olavo Marques, que era um coronelista que detinha a maioria das terras e dos barcos de Jericoacoara. Os pescadores utilizavam os barcos de Olavo para pescar, no esquema de pagar $\frac{1}{4}$ de seus rendimentos a ele. Com a sua morte, os pescadores se viram desarticulados, sem barcos e sem uma rede de conexões para vender seus peixes. Assim, muitos migraram para outras praias onde pudessem pescar. O advento do turismo e a transformação nas formas de trabalho advindas disso só fizeram aprofundar esse processo de abandono da pesca.

Em uma entrevista informal realizada em 2022 com Esteban Franich, obteve-se a informação de que mesmo a linha usada para confeccionar a rede de pesca era extraída a partir de uma planta da flora local, o Tucum.



Imagem 43: Folhas do tucum (à direita) e suas fibras (à esquerda) depois do seguinte processo: as folhas são colocadas de molho de um dia para o outro, depois então a fibra é extraída à mão da folha e passa por um processo de lavagem para se retirar a clorofila. Em seguida, a fibra pode ser tingida. Fonte: Amazonia Hub, 2021.



Imagem 44: costura coletiva de rede de pesca na Rua Principal, 1988. Fonte: Acervo Jeri das Antigas.



Imagem 45: união coletiva para colocar a canoa no mar, 2000. Fonte: Acervo Jeri das Antigas.
Imagem 46: pescadores carregando a rede de arrastão, 2000. Fotografia de Carmem Bastos.

A rede era um elemento tão importante da cultura (e continua a ser) que as pessoas eram enterradas enroladas em suas redes.

As construções utilizavam-se, em grande parte, das pedras do Serrote. Nesse contexto, um dos exemplares de maior força simbólica é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, cuja construção se iniciou por volta de 1945 e demorou muito a se concluir. Foi construída coletivamente, em mutirões, pela comunidade. Ergueram-se primeiro as paredes e só na década de 1990 é que foi construída sua cobertura; mas antes da cobertura, ela era assim mesmo utilizada para as missas e celebrações.



Imagem 47: Igreja ainda inacabada, 1984. Acervo de Esteban Franich.

A estimativa do ano de início da construção se deu a partir de uma entrevista com Maria da Conceição Alves, que, nascida no ano de 1935, nos contou que carregava as pedras do Serrote para a Igreja com seus 14 anos de idade. Na entrevista⁷, Maria conta: “a minha sogra dizia que houve um inverno tão grande que desmanchou-se a metade do Serrote, (...) as pedras ‘ficou tudo solta’, e essas pedras nós carregamos ‘tudim’ pra igreja, (...) nós ‘botava’ uma saca, enchia de pedra e carregava quatro (quatro pessoas); (...) era difícil se ver uma mulher casada e um homem casado, só rapaz e moça, e aí vinha aquela meninada, (...) cada qual tinha uma pedra na cabeça”.

Segundo Maria, a igreja foi um pedido do padre de Acaraú; ela nos contou que atracou na costa de Jericoacoara um navio e as pessoas que chegaram nesse navio disseram que a igreja deveria se chamar Nossa Senhora da Consolação, pois Jericoacoara era um lugar muito pobre, segundo ela, “era bem pouquinha casa que tinha, Jeri (era) um lugar muito pobre que fazia pena mesmo, porque não tinha nada dentro do lugarzinho, tudo era suas ‘casinha’ de palha, seus ‘quintalzin’, quando chegasse o inverno, plantava. Não tinha nada, as bodegas, as coisas que compravam pra vender, em poucos dias se acabavam, ia(-se) pro Camocim, em canoas, pra trazer aquelas coisinhas pra vender de novo... tinha nada que prestasse não”.

Mas apesar desse pedido estrangeiro para que a igreja se chamasse Nossa Senhora da Consolação, os nativos escolheram chamá-la de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Mesmo assim, os padres continuam até hoje a considerar a padroeira de Jericoacoara como Nossa Senhora da Consolação, e, segundo Maria, veio de Portugal uma estátua da Consolação. Em outubro, Consolação é celebrada em festejos na Igreja de Fátima, e, em maio, acontece a coroação

⁷ Essa entrevista foi realizada por Esteban Franich em maio de 2023 na vila de Jericoacoara.

de Maria (maio também é o mês no qual se celebra Nossa Senhora de Fátima). Em dezembro, acontece a Missa do Galo. Além dessas datas, é celebrada a missa todos os domingos na Igreja.

A igreja é de arquitetura simples e muito resistente ao tempo, com a matéria do chão do lugar, sem revestimentos. Os únicos materiais utilizados foram, segundo José Martins de Oliveira, nativo de 62 anos que foi entrevistado por Esteban Franich em maio de 2023, as pedras, o barro e o cal.

Na entrevista com Maria da Conceição, ficamos sabendo ainda da história de um antigo cemitério que existia na Malhada. Seu pai dizia que não queria ser enterrado nesse cemitério porque acreditava que o mar ia avançar sobre ele, e foi o que aconteceu. Um navio chamado Ubirajara atracou em cima do cemitério para não naufragar, e deixou um buraco enorme no lugar. Com o tempo, o mar foi avançando sobre o local do cemitério destruído.



Imagem 48: construção da maternidade, data indeterminada. Acervo Jeri das Antigas.

Outro exemplar construído com as pedras do serrote é o prédio do Conselho Comunitário de Jericoacoara, antiga maternidade, que também foi construído coletivamente em regime de mutirão.

Uma das práticas culturais mais presentes no território de Jericoacoara e em seus arredores é o crochê, que resiste há gerações no lugar. Em outubro de 2020, entrevistamos Jani Silva, membro da Associação de Crocheteiras Mundo Jeri. Ela nos contou um pouco da história dessas mulheres que fazem crochê.

Antes da criação da associação, as mulheres crocheteiras nativas do Córrego do Urubu, de Jijoca e da Chapadinha iam até Jeri (na época chamada de Serrote) trocar por peixe os alimentos que cultivavam em seus quintais - cebola, pimentão... Outro modo de subsistência que essas mulheres encontravam era, na época do caju, colher as castanhas que encontravam pelos caminhos, nos arredores da vila, pra depois vender.

No começo, na década de 90, quando apareciam os primeiros turistas de Jeri mas ainda não haviam pousadas, o crochê era vendido por preços inacreditavelmente baixos, e o trabalho dessas mulheres - um trabalho ao mesmo tempo braçal e criativo - era extremamente desvalorizado, e assim permaneceu por um tempo; com a criação da Mundo Jeri, em 2008, a partir da iniciativa do SEBRAE de incentivar a união das artistas do crochê, iniciou-se um processo

de fortalecimento e valorização do trabalho dessas artesãs, que progressivamente foram passando a conseguir vender as peças por preços mais justos.

46 mulheres formavam a associação no início, e sua primeira coleção foi lançada em 2009. O movimento que gerou a criação da associação e da coleção foi reconhecido nacionalmente. Infelizmente, na instabilidade de um início incerto, quando o crochê não tinha alcançado a notoriedade que merece e as crocheteiras atravessavam dificuldades na baixa temporada, muitas mulheres abandonaram o sonho da associação, e apenas 8 permaneceram.

A primeira sede da Mundo Jeri era no antigo Centro de Artesanato, na Rua das Dunas, um espaço cedido na época pela prefeitura. Depois, as mulheres demandaram do poder público um espaço mais visível, mais central, e conseguiram, em 2011, a antiga sede da telemar, na Rua Principal, onde até hoje permanecem. A casinha estava abandonada e elas fizeram uma reforma por conta própria. Só em 2019 elas conseguiram a garantia de posse do imóvel que ocupam há tantos anos.

Em 2011, alguns meses após a chegada das 8 mulheres na nova sede, conflitos internos aconteceram e elas fecharam o lugar por 1 ano. Durante esse período de crise, Evilsa da Silva, uma das mulheres mais importantes dessa história, foi na casa de cada uma das 46 mulheres presentes no início da associação para convidá-las a voltar. Assim, 18 mulheres retornaram. São as mesmas 18 que até hoje permanecem.

Elas já trabalharam com marcas como a John John, fazendo os crochês que vestem alguns cajueiros da vila, e a Benegrip, produzindo os bonequinhos “vírus do bem”. Além disso, representam o artesanato de Jeri no Sesc Povos do Mar, evento anual que acontece em Iparana com artesãos do Brasil todo. Lá, dão palestras sobre suas experiências de luta e suas conquistas coletivas.

Durante a pandemia, como muita gente, elas precisaram buscar formas de se reinventar pra sobreviver. Assim, começaram a produzir roupas para várias marcas do país. Através do instagram @mundojери_crochet é possível ver parte de seu catálogo e comprar sua arte. De alguma forma, segue vivo o crochê que as mulheres aprenderam com suas mães e avós.



Imagem 49: Foto retirada do instagram @mundojери_crochet..

Outros elementos culturais fortes presentes em Jericoacoara são: a capoeira de beira de mar, realizada pelos nativos há mais de 30 anos, quase todos os dias na hora do pôr do sol; os festejos semanais onde se dança forró; o costume nativo de ver o pôr do sol na duna; a cultura dos repentistas e violeiros, que criam canções improvisadas com muita sabedoria e criatividade; os saberes das respeitadas rezadeiras e parteiras, como dona Baíca, que já realizou centenas de partos sem nunca um ter dado errado; tradições culinárias como a da torta de banana, tornada famosa pelas mãos de mulheres como dona Maria e dona Angelita; o tradicional pão da madrugada, que existiu por mais de 20 anos na Padaria Santo Antônio.



Imagem 50: Capoeira na beira do mar. Fotografia de Regivaldo Freitas, agosto de 2019.

Também, tradições como a corrida de jangadas, que ainda existe; ou a história de pessoas simples e sobreviventes como, entre tantos outros, seu Mané Galinha, que anda com seus urus a carregar galinhas, óleos de coco e outros alimentos sagrados da terra do lugar, vendendo de porta em porta, descalço, na maior simpatia, há mais de 30 anos.

Então, a matéria, o acervo, a razão de ser deste museu é a história desse povo e de suas lutas. Existem muitas outras histórias, que merecem ser documentadas e abrigadas pelo espaço de um museu. Para tal, devem ser realizadas entrevistas documentadas em vídeo com moradores antigos e detentores de tais heranças culturais.



Imagem 51: Urus, bolsas artesanais de palha para carregar sobretudo peixes, 2000. Foto de Carmem Bastos.



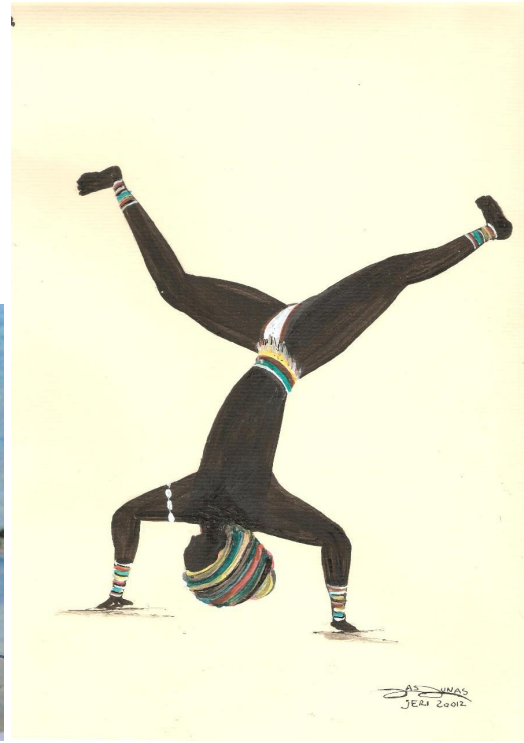
Imagem 52: Mané Galinha, 1999. Fonte: Acervo Jeri das Antigas.



Imagem 53: Padaria Santo Antônio, 2012. Fonte: Street view do Google maps.



Imagem 54: Corrida de jangadas, 2000. Fonte: Acervo de Esteban Franich.





Imagens 55 a 59: Pinturas do artista nativo Amarildo Marques, que registram as paisagens da vila, a passagem do tempo e tradições como a capoeira e a pesca. 2003. Fonte: Acervo de Esteban Franich.

c) História da união e das lutas comunitárias

Jericoacoara é um lugar marcado pelas disputas de terra, e conseqüentemente pela força comunitária de resistência. Foram inúmeras as ocasiões em que a comunidade mostrou a sua capacidade de organização e luta.

Dessa história de união não se pode datar o início, mas um marco político acontece em 1984, com a criação do Conselho Comunitário. A partir desse momento, diversas conquistas comunitárias aconteceram, como o sistema subterrâneo de energia elétrica (em 1998), o sistema de água, o posto de saúde, o sistema de esgoto e a coleta seletiva do lixo.

Em 1998, a comunidade organizada através do conselho comunitário iniciou um levante de limpeza da vila, criando um sistema de reciclagem de plásticos e vidros e de compostagem de matéria orgânica, ação que aconteceu de maneira independente do serviço público.

Em 1999, uma baleia encalhou na praia principal, e dezenas de pessoas se revezaram por um dia e uma noite para manter o animal vivo, até que um grupo de pescadores conseguiu com muito esforço devolvê-lo ao oceano.

Em 2000, a comunidade organizou uma Comissão de Contraproposta ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município de Jijoca, que, durante oito meses, estudou o plano e elaborou um documento com observações e demandas da comunidade a serem contempladas no PDDU. Entre essas demandas, muitas se relacionavam a um desejo de não incentivar o turismo de massa que estava se configurando no lugar; por exemplo, a comunidade não queria que o gabarito máximo fosse aumentado para 7,5m e dois pavimentos, pois isso abriria margem para o aumento do número de leitos de hotéis etc. A comunidade apresentou suas observações ao órgão estadual responsável em tempo hábil, mas o PDDU foi votado sem levá-las em consideração.

No fim de 2000, o IBAMA aprovou a obra do centro de visitantes na rua principal, na beira da praia. Essa edificação bloqueava a vista para o mar dos moradores. Através do conselho comunitário, foram feitos muitos protestos e reivindicações, e houve inclusive um levante popular para depredar o edifício. Em outra ocasião, a comunidade derrubou as cercas de um terreno grilado por um estrangeiro.

Em 2009, a comunidade se uniu para proibir o acesso e a circulação de veículos na vila, com a criação da campanha Eu amo jeri: por isso eu cuido. O movimento foi extremamente bem sucedido, tendo sido adotado como política permanente até os dias atuais.

Mesmo com o atual cenário de desarticulação do conselho comunitário, em 2012 a comunidade fez resistência à implantação de quatro parques eólicos por uma multinacional nos arredores da vila, e a resistência foi bem sucedida.

Em suma, o que se delinea é a história de uma comunidade com grande capacidade de articulação, organização e enfrentamento. É essa a lembrança a ser trazida à tona e a potência a ser retomada com este projeto.



Imagem 60: reunião no conselho comunitário, 1998. Fonte: Acervo Jeri das Antigas.



Imagem 61: "maionese" era o carro da coleta comunitária de lixo, 1998. Fonte: Acervo Jeri das Antigas.



Imagem 62: resgate da baleia encalhada na praia principal, 1999. Fonte: Acervo Jeri das Antigas.

6. leitura complementar do território

Jericoacoara localiza-se no litoral oeste do estado do Ceará, a 310 km da capital (Fortaleza), e a 19 km a leste da sede do município de Jijoca de Jericoacoara, do qual é distrito.

Jijoca tem como limites: o Oceano Atlântico ao norte, o município de Bela Cruz ao sul, o município de Cruz a leste e o município de Camocim a oeste. Jericoacoara tem como limites: o Oceano Atlântico a norte, o Vilarejo de Lagoa Grande ao sul, a Praia do Preá a leste e a Vila do Guriú a oeste; além disso, outras localidades existem ao seu redor, onde o modo de vida nativo ainda permanece relativamente preservado, como Caiçara e Mangue Seco. Vale dizer que o Preá pode ser entendido como uma “segunda Jericoacoara”, no sentido de ser uma localidade que vem crescendo intensamente e atraindo capital não-nativo, muitas vezes estrangeiro.



Imagem 63 - Trilhas para se chegar à Vila. Fonte: site Portal Jericoacoara.

Saindo de Fortaleza, chega-se a Jijoca Jericoacoara através da rodovia CE-085, e depois existem 18 km de estradas de terra e dunas para se chegar até a vila de Jericoacoara (este caminho deve ser percorrido preferencialmente em veículos tracionados). Também é possível chegar a Jericoacoara através do Aeroporto Regional Comandante Ariston Pessoa, localizado na cidade de Cruz (CE), a 32 km da vila, e depois atravessar as dunas em veículo tracionado para chegar a Jeri.

O clima do lugar é tropical chuvoso (quente e úmido com chuvas de verão e outono), com temperaturas máximas, em média, de 35°C o ano todo (principalmente em novembro e dezembro) e mínimas em torno de 22°C (principalmente em agosto).

O regime pluviométrico é do tipo tropical com a estação chuvosa concentrada em cinco meses consecutivos. A estação chuvosa começa geralmente no mês de fevereiro, com os valores máximos frequentemente associados aos meses de março e abril. A partir de julho, as

precipitações diminuem até o mês de novembro. O primeiro semestre do ano responde, em média, por mais de 90% das precipitações anuais (Meiros et al, 2011, p. 45).

As direções predominantes dos ventos são de SE, ESE, E e NE. As médias de velocidade chegam a superar os 4m/s nos meses de estiagem (segundo semestre anual). No início da estação chuvosa, registram-se mudanças na direção dos ventos, passando a predominar os de nordeste. No período de estiagem (segundo semestre), procede-se um predomínio dos ventos de SE, cujas velocidades são as mais intensas (Meiros et al, 2011, p.47).

Partindo para uma análise socioeconômica, conforme o Perfil Básico Municipal elaborado pelo IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), em 2017, o setor de serviços é responsável por 92,16% do PIB municipal de Jijoca, a agropecuária por 2,66% e a indústria por 5,17% (IPECE, 2017)..

Jericoacoara contava, em março de 2010, com uma capacidade de hospedagem de 3.800 leitos, distribuídos entre pousadas pequenas (até 20 leitos), médias (de 21 a 40 leitos), grandes (mais de 40 leitos) e domiciliares, somando-se um total de 120 (cento e vinte) empreendimentos (Fonteles, 2012, p. 63). Em reportagem do G1 referente ao ano de 2020, cita-se o número de 7500 leitos (Portal G1, 2020).

Em relação ao número anual de turistas, em reportagem do Diário do Nordeste cita-se o número de 1,3 milhões ao ano (Diário do Nordeste, 2022).

A população de Jijoca estimada pelo IBGE em 2021 era de 20.351 habitantes, sendo cerca de 67% rural e 33% urbana. A identificação étnico-racial predominante é como pardo, o que ilustra bem o apagamento da origem indígena do lugar no imaginário da população (Infosanbas, 2023).

As contradições se mostram na análise dos dados quando, por exemplo, observa-se que, em 2020, Jijoca tinha o 7º maior PIB per capita do Ceará (R\$ 24.924,54), mas tinha um dos piores índices do Brasil de salário médio mensal dos trabalhadores formais (1,3 salários mínimos) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023); ainda, em 2021, 90% da população não tinha acesso a rede de esgoto, 74% não tinha acesso a água encanada e 35% não tinha acesso a coleta de lixo (Instituto Água e Saneamento, 2023).

Vale salientar que todos esses dados são de todo o município de Jijoca e não apenas da vila de Jericoacoara, portanto não são um retrato fiel da realidade de Jeri, uma vez que notadamente existem muitas distinções entre a vila e sua sede Jijoca.

Passando a uma caracterização arquitetônica e urbanística da vila, é notável a dimensão das mudanças que ocorreram, em termos quantitativos e qualitativos, na arquitetura produzida localmente. No que tange ao urbano, nota-se, dos anos 70 pra cá, um crescente adensamento e espraiamento do perímetro urbanizado, reduzindo a dimensão livre das antigas ruas que eram bastante largas e criando uma segregação no espaço, que passa a ser dividido entre turístico e nativo, perto ou longe da praia, respectivamente.



Figure 8. Les principaux lieux et bâtiments publics.

Imagem 64 - Mapa de Jericoacoara elaborado por um morador em 1990. Fonte: Clerc-Renaud, 2002, p. 109.



Imagem 65 - Fotografia aérea de Jericoacoara em outubro de 2021. Fonte: Google Earth.



Imagem 66 - Transposição do mapa mostrado na imagem 30 para a imagem de satélite de 2021 (imagem 31), destacando-se a área urbanizada em 1990.



Imagem 67 - Rua principal em 1984. Fonte: Acervo de Esteban Franich.



Imagem 68 - Rua principal em 2012. Fonte: Street view do Google maps.

No que tange à arquitetura, tem-se uma mudança significativa também. Na arquitetura popular, seu passado é bem descrito por Meireles et al (2011, p.25), que sinaliza os danos causados pelas novas ocupações com desconhecimento real do território e de suas dinâmicas, sobretudo de ventos e mudanças de dunas (hoje observa-se uma invasão da vila pelas dunas e vários problemas cotidianos relacionados a isso):

“Jericoacoara constituía-se, nestes termos, em conjunto de residências construídas em área protegida pelo serrote, livre da ação dos ventos alísios e do movimento constante das dunas. As casas humildes, construídas de materiais leves da própria região (palha, madeira,

pedras e argila da região) e em lugar apropriado, representam ação norteada por práticas secularmente adotadas pelos antigos moradores da região e sabiamente continuada pelos habitantes de Jericoacoara até sua descoberta pelo turismo.

(...)

De lógica de ocupação herdada dos antepassados, conhecedores dos limites impostos pelo ambiente no qual viviam, tem-se vigência de racionalidade empreendida por aventureiros, os empreendedores do turismo associados aos atores locais e respaldados pela ação do Estado. Rompe-se elo secularmente estabelecido dos nativos de Jericoacoara com seus antepassados, deixando o destino da vila à mercê dos recém-chegados, no mínimo desconhecedores da dinâmica da natureza.”

Hoje, observa-se na arquitetura popular o uso de materiais baratos como a telha e o tijolo cerâmico, e as esquadrias de madeira; há também a utilização intensa da palha trançada de carnaúba como coberta, opção barata, leve (diminui a estrutura de madeiramento de suporte) e com ótima estanqueidade. Vale lembrar que o uso corriqueiro no passado de pedras retiradas do serrote para as construções foi proibido com a implantação da APA em 1984.

Populariza-se, com o tempo, o uso da madeira em guarda-corpos e escadas e também as venezianas de madeira, bastante adequadas ao clima local, uma vez que facilitam a ventilação dos ambientes. Encontra-se, na arquitetura popular, exemplares bastante interessantes por se utilizarem de estratégias eficientes para criar condições de conforto térmico, sobretudo soluções criativas de aberturas para ventilação (ver imagem 36)



Imagem 69 - Uso de janelas com muxarabis, alpendre e coberta de palha de carnaúba. Fonte: Street view do Google maps, 2012.



Imagem 70 - Aberturas para ventilação, coberta de palha de carnaúba. Fonte: Acervo de Esteban Franich, 2000.

Também é muito interessante notar na expressão da arquitetura popular a relação de continuidade entre casa e rua, ou seja, a rua como extensão da casa. Isso se manifesta em, entre outras coisas, redes e varais armados na calçada e jardins cultivados no espaço público com o esmero de quem cuida da própria casa. Assim, a vila é florida e cheia de vida, sobretudo em seus becos.



Imagem 71 - Rede armada na "calçada". Fonte: Acervo de Esteban Franich, 2000.



Imagem 72 - A rua São Francisco é assim chamada há mais de 40 anos. Fonte: Acervo de Esteban Franich, 2000.



Imagem 73 - Beco doce. Fonte: Pinterest.

A chegada do capital estrangeiro trouxe a arquitetura mais formal para a vila; em muitos hotéis de luxo ou mesmo em pousadas menos luxuosas, se utiliza bastante da madeira, sobretudo da carnaúba, e da palha trançada de carnaúba como coberta, para criar espaços rústicos, com utilização abundante de aberturas e venezianas para permitir ventilação cruzada.



Imagem 74 - Bangalôs do hotel Vila Kalango. Fonte: site do hotel.



Imagem 75 - Espaço comum do hotel La Villa. Fonte: site do hotel.

Partindo para a caracterização urbanística da vila, sua estrutura viária se configura por 10 ruas paralelas (interligadas por becos e ruelas) que se apresentam perpendicularmente à praia; nessas ruas, verifica-se a presença de árvores frutíferas (notadamente o cajueiro em profusão) e ornamentais, e outras espécies de características da vegetação do tabuleiro (Molina, 2007, p.46). As ruas têm suas denominações difundidas pelos círculos sociais orais, e não existe um sistema de sinalização através de placas.

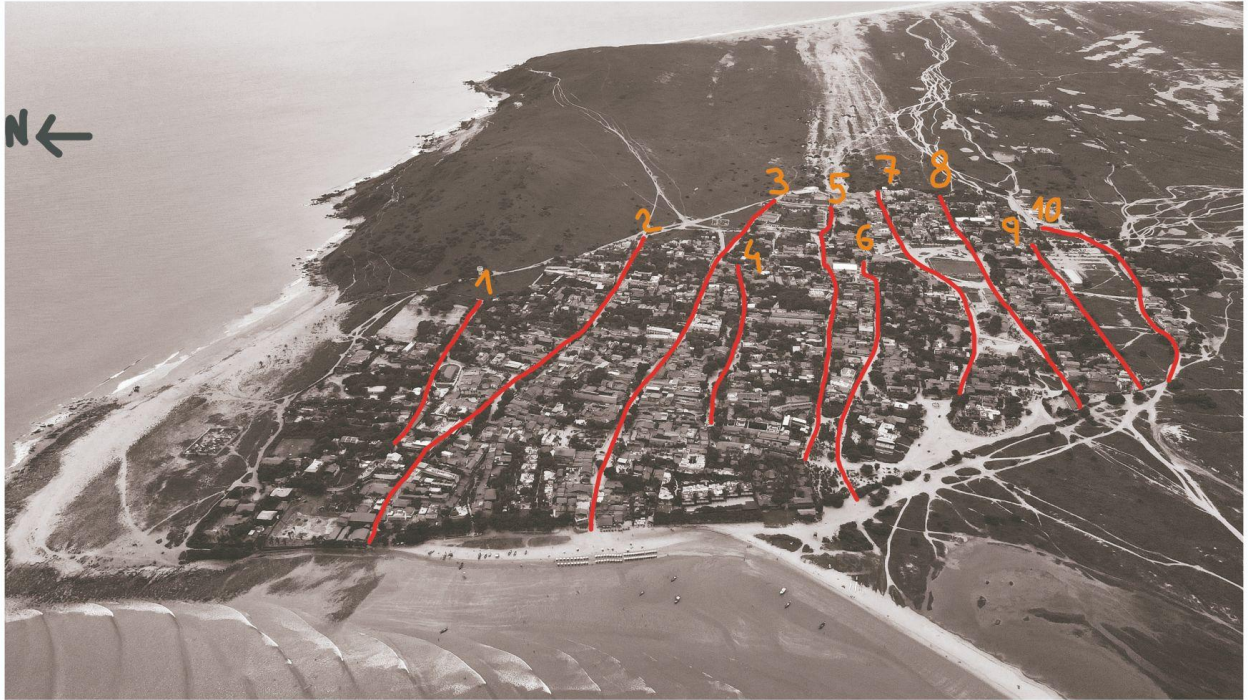


Imagem 76: Sistema viário de Jericoacoara. Fotografia aérea de Derek Velasco (2022) e mapa de autoria da autora.

Legenda:

- 1 - Rua da Igreja
- 2 - Rua do Forró
- 3 - Rua Principal
- 4 - Rua São Francisco
- 5 - Rua das Dunas 1
- 6 - Rua das Dunas 2
- 7 - Rua do Pólo de Lazer
- 8 - Rua Nova Jeri
- 9 - Rua dos Coqueiros
- 10 - Rua da Usina

Em relação aos espaços de lazer da população e dos turistas, são inúmeros os espaços privados, mas os espaços públicos são limitados. Conforme se pode verificar na imagem 43, a porção norte da vila concentra a maior parte dos espaços públicos de lazer, restando apenas o polo de lazer à porção sul (parte mais longe da praia, onde o preço do solo é mais baixo e se concentra a população mais pobre).

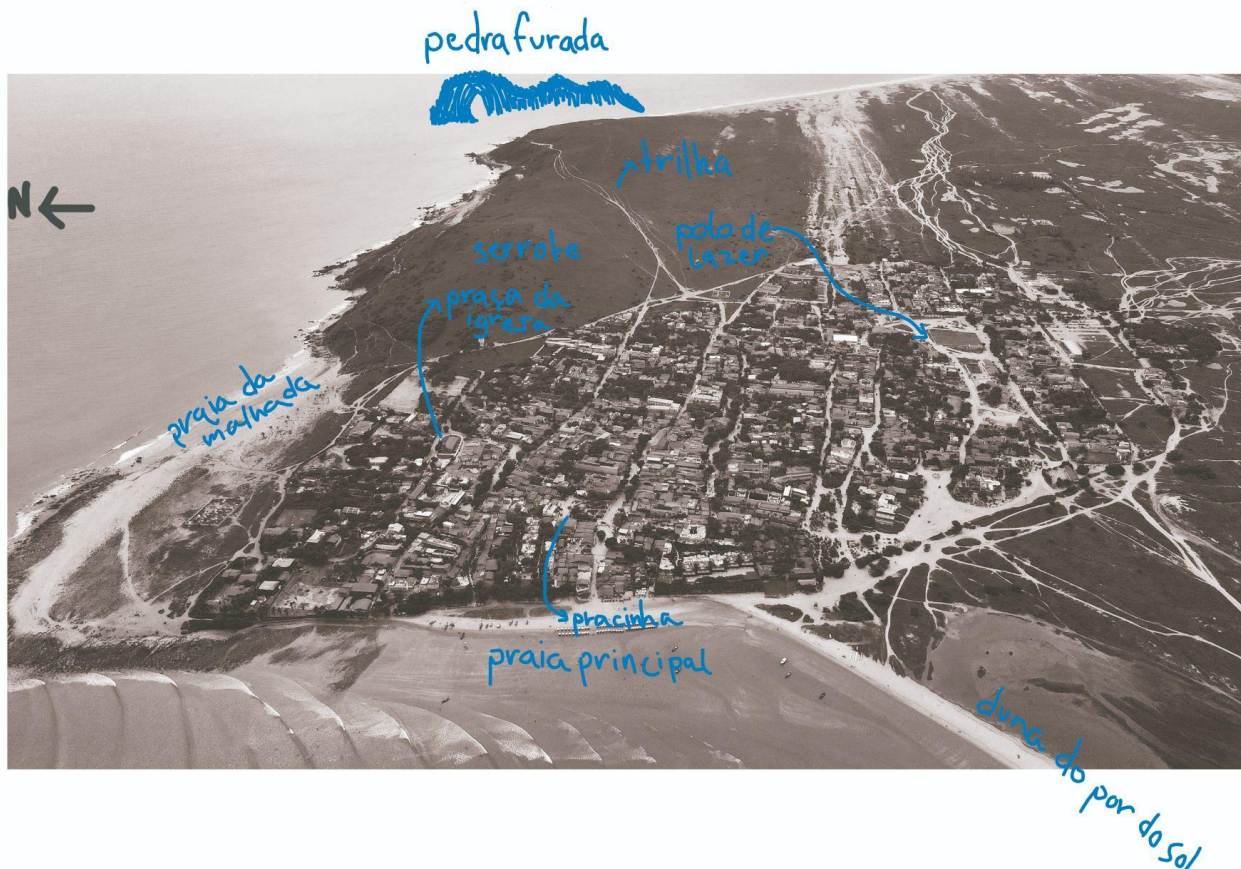


Imagem 77: Espaços de lazer de Jericoacoara. Fotografia aérea de Derek Velasco (2022) e mapa de autoria da autora.

A Praça Edvã Esmerino da Silva, inaugurada em 2012 e também conhecida simplesmente como praça de Jeri, é um importante ponto de referência da vila. Além de ser bastante agradável, com seus bancos em formato de canoa, quiosques cobertos de palha e o letreiro onde todos os turistas tiram fotos, o local está rodeado de restaurantes e é palco de diversos eventos. A praia da malhada é bem mais frequentada por moradores que por turistas, que geralmente vão à praia principal. A pedra furada é um local bem mais turístico, pouco frequentado por moradores. O polo é bem mais utilizado pelos moradores, sobretudo nativos, que pelos turistas. Na verdade, pode-se dizer que os únicos espaços projetados pelo poder público para o usufruto dos moradores nativos são o polo e a praça da igreja (uma vez que a outra praça é muito utilizada pelos turistas, apesar dos moradores também a utilizarem). A duna do pôr do sol, que deixou de existir em 2023, era frequentada por todos.



Imagem 78: Praça da igreja. Fonte: AluguePousadas, 2023.



Imagem 79: Praça Edvá Esmerino da Silva. Fonte: Street view do Google Maps.

Quanto aos serviços públicos, observa-se que se concentram mais na porção sul da vila (imagem 34).

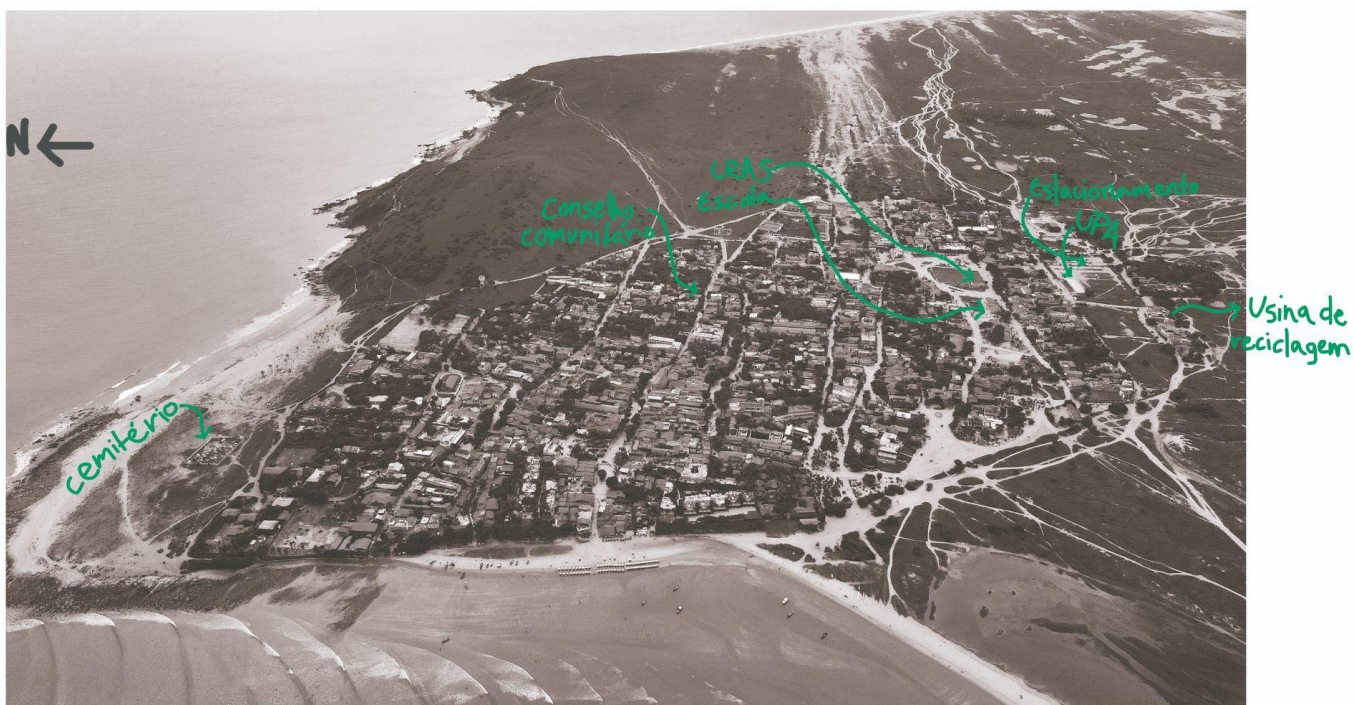


Imagem 80: serviços públicos de Jericoacoara. Fotografia aérea de Derek Velasco (2022) e mapa de autoria da autora.

Assim, escolhi a porção sul da vila para implantar o Museu Baía das Tartarugas, equipamento de resgate da cultura aqui proposto. Vários fatores levaram a essa decisão: a maior proximidade com a população nativa (público de maior interesse do projeto), que hoje vive majoritariamente no bairro “Nova Jeri”, referido por muitos como “favela”, apesar de ter um processo de favelização ainda bem tímido; a carência de equipamentos de lazer neste setor da vila, o que significa uma necessidade manifestada da população nativa de ter espaços de lazer de qualidade perto de casa e também simboliza uma potencialidade com a criação de um novo ponto nodal que vai descentralizar os pontos de interesse dos turistas, tornando o espaço da vila como um todo mais habitado e dinamizado e quebrando o padrão de concentração turística na praia principal; o fato de se localizar logo na entrada da vila e na Zona de Ocupação Prioritária; e a maior disponibilidade de terras passíveis de sofrerem desapropriação nesse setor.



Imagem 81: terreno escolhido. Fotografia aérea de Derek Velasco (2022) e mapa de autoria da autora.

O museu será a primeira edificação vista por quem chega à vila, receberá os turistas logo de sua chegada, apresentando a verdadeira história do lugar antes de qualquer outra coisa. Ele ocupará o terreno onde hoje se dá a maior parte do estacionamento (como veículos em geral não circulam dentro da vila, eles ficam estacionados neste local). Esse estacionamento, por sua vez, será remanejado alguns metros a oeste, no terreno vizinho, que fica nos fundos da UPA.



Imagem 82: terreno escolhido. Fotografia aérea de Derek Velasco (2022) e mapa de autoria da autora.



Imagem 83: terreno escolhido. Fotografia aérea de Derek Velasco (2022) e mapa de autoria da autora.



Imagem 84: Nova Jeri. Fonte: Street view do google maps.



Imagem 85: Nova Jeri, quase em frente ao terreno escolhido. Fonte: Street view do google maps.

Segundo o zoneamento estabelecido na Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Jijoca (Lei municipal 109/2017), o terreno escolhido está na Zona de Expansão Prioritária, que é a zona para onde deve se direcionar o crescimento da vila, determinando-se os seguintes parâmetros para o uso institucional:

- Taxa de permeabilidade: 30%;
- Taxa de ocupação: 70%;
- Índice de aproveitamento: 2,8;
- Recuo de frente: 0;
- Recuos laterais e de fundo: 1,5m;
- Máximo de 2 pavimentos e gabarito de 7,5m.



Imagem 86: Mapa de zoneamento da vila; terreno escolhido marcado em vermelho (edição da autora).
Fonte: Lei municipal 109/2017.

7. o projeto

7.1. Referências projetuais

a) Centro de Proteção Ambiental de Balbina

Este projeto foi feito por Severiano Porto e Mario Emilio Ribeiro em 1984, no Amazonas. O centro foi projetado para ser um local onde se realizariam estudos de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Balbina. A escolha do projeto se deu por ser uma construção em que o caráter regional atingiu um refinamento, sendo a madeira trabalhada de maneira singular, no aspecto formal e também estrutural.

O sistema construtivo adotado - pilares de secção circular que sustentam uma composição de treliças de madeira com variadas soluções de apoio e distribuição de cargas - permitiu uma notável organicidade no desenho da cobertura, que ora se alarga e estreita, ora ascende e descende, conferindo leveza e beleza na sua forma final.

O edifício tem harmonia com a paisagem do entorno e apresenta uma interessante estratégia de abertura nas cumeeiras para saída do ar quente. Suas paredes de alvenaria não tocam a coberta e permitem a melhor circulação do ar. O formato cônico da coberta proporciona o fenômeno das correntes de convexão que direcionam o ar quente para fora.

Feito com materiais locais (inclusive, a cobertura foi feita com telhas de madeira retirada da área a ser inundada pela barragem da usina), em uma interpretação da arquitetura indígena da região, acreditamos que pode ser uma boa referência para guiar os caminhos de nosso projeto.

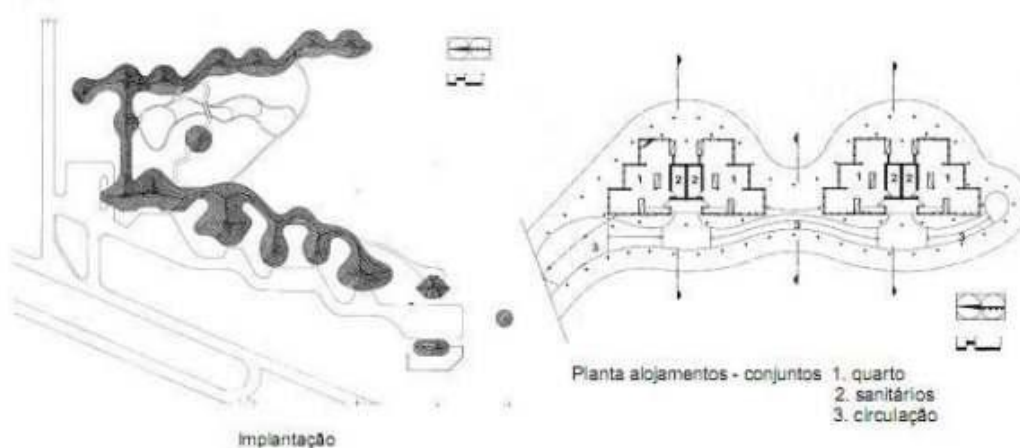


Imagem 87: Implantação e planta dos alojamentos. Fonte: Qconcursos, 2011.

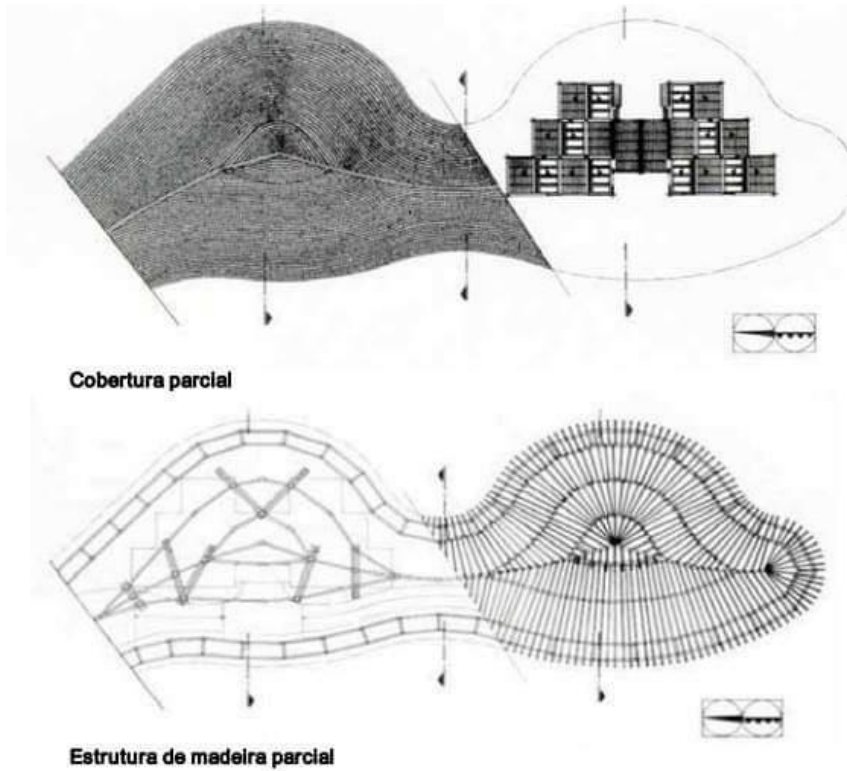


Imagem 88: Estrutura da coberta. Fonte: Muñiz, 2017.

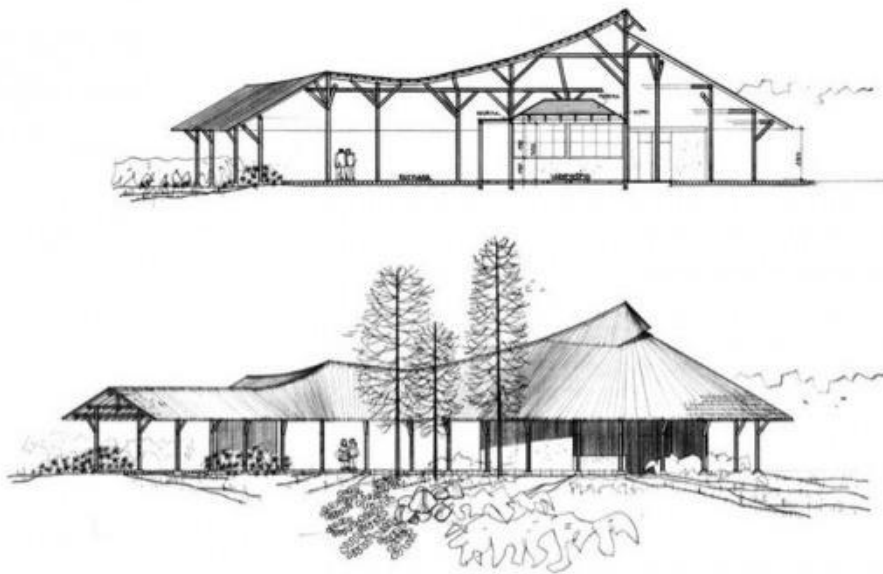


Imagem 89: Cortes mostrando a solução de ventilação pela coberta. Fonte: Henriques, 2023..



Imagem 90: Imagem aérea mostrando a implantação e a coberta. Fonte: Revista Projeto



Imagem 91: Estrutura complexa da coberta e jardim. Fonte: Vitruvius.

b) Escola Secundária Lycée Schorge

Com simplicidade, criatividade e sabedoria, o arquiteto Francis Kéré fez esse belo projeto em Burkina Faso com poucos recursos e materiais locais, como tijolos de laterita (rocha local extraída do solo) e uma madeira local de grande disponibilidade. Utilizou-se de estratégias passivas de conforto ambiental, como as torres de ventilação para proporcionar o efeito chaminé, o descolamento da coberta para saída do ar quente e as venezianas para possibilitar ventilação cruzada nos ambientes, além de circulações que protegem as salas de aula da radiação solar direta. Criou um interessante pátio interno que remete à “aldeia”, protegido pela edificação das ventanias que carregam poeira. Também, reaproveitou as sobras da construção para construção do mobiliário.

A escolha desse projeto se deu pela possibilidade que enxergamos em propor uma arquitetura que ensine sobre, como diz Kéré, “como podemos nos apropriar dos materiais locais de forma criativa, e através do trabalho coletivo, transformá-los em algo significativo e duradouro”.



Imagens 92 e 93: Escola Secundária Lycée Schorge. Fonte: Archdaily.

c) Arquitetura indígena

A força da identidade coletiva na expressão da arquitetura indígena é o aspecto que é tomado como referência neste trabalho; muito frequentemente se encontra a simbologia do círculo formando a aldeia. O arquétipo circular se configura dessa forma como maneira ancestral de se organizar o espaço em comunidades onde existe cooperação, irmandade, lealdade. Assim esse arquétipo é emprestado a este trabalho, na intenção de evocar a força ancestral da coletividade do lugar, a retomada simbólica do significado da aldeia.



Imagem 94: Casa-aldeia ianomâmi em Roraima. Retirada do site El diario solidario.



Imagem 95: Casa comunitária de indígenas camuti no Rio Uapes, no sudeste da Colômbia. Desenho de Gunther Weimer.

5.2. Baía das tartarugas: estudo preliminar

O programa de necessidades pensado deve incluir, além de uma sala de exposição permanente e todo o aparato para o funcionamento de um museu (sala de trabalho da equipe do museu, reserva técnica, laboratório de restauro, dml, copa e banheiros), uma sala de exposições temporárias (que deve ser palco para as manifestações da cultura local), duas salas multiuso (a serem autogeridas e compartilhadas pela comunidade de moradores), um pátio central que funcionará como um espaço de convivência (que deve abrigar confraternizações, festas, enfim, todo tipo de evento que celebre a cultura e os encontros locais) e uma grande praça.

Além do equipamento Museu em si e de sua praça, o Museu se espalhará pela vila ao longo do que denominei de Percurso da Cultura, que será um percurso ligando diferentes pontos da vila (inclusive o Museu) e demarcado por uma série de placas de sinalização que vão conter informações sobre os patrimônios de Jericoacoara. O protótipo das placas está representado nas imagens 123 e 124.

Pensando em termos de sustentabilidade do edifício, algumas linhas de ação foram adotadas. Primeiro, a opção por uma materialidade telúrica (da terra), notadamente a madeira (maçaranduba) na estrutura, a palha de carnaúba na cobertura e o tijolo de terra (BTC - Bloco de Terra Compactado, a ser fabricado com a areia e a argila da região) nas vedações.

Estes materiais, em conjunção com as esquadrias projetadas para permitir a ventilação cruzada, permitem que o edifício respire, isto é, que se estabeleça condições de regulação da temperatura pelas trocas de umidade entre o ar interno e o ar externo, além de bons índices de renovação do ar para que equipamentos mecânicos como ventiladores e ar condicionado não sejam necessários.

Ainda em relação às medidas adotadas para o conforto térmico, optou-se por um pé direito generoso, que chega a 7m em seu ponto mais alto, e também generosos beirais de 2,5m. Além disso, o edifício é rodeado em todo o seu perímetro exterior e permeado internamente por jardins, que protegem o edifício da incidência do sol e trazem uma umidade refrescante.

A fachada sul do edifício foi protegida da incidência direta do sol através da colocação de cobogós. Essa fachada foi a escolhida por contemplar os ambientes de mais intensa ocupação durante o período diurno - os ambientes de trabalho dos funcionários do Museu.

O piso é todo em cimento queimado, e o piso da praça todo em bloco intertravado (permeável). A cobertura é toda em palha de carnaúba de reflorestamento. A palha mostra excelentes qualidades como isolante térmico e acústico. Segundo a observação empírica do arquiteto Totonho Laprovitera, com quem conversei no curso de elaboração deste trabalho, a palha funciona melhor quando “deixada respirar”, isto é, sem o uso de impermeabilizantes (resinas ou mantas). A palha é beneficiada com a instalação de splinters para seu umedecimento periódico. É feito também um tratamento fungicida e com retardador de chama na palha.

As águas das chuvas serão captadas pela grande cobertura através de calhas e direcionadas pelas tubulações de descida para os jardins de chuva localizados no perímetro externo do edifício. Assim, as plantas terão uma reserva hídrica para sobreviverem bem aos dias mais secos.

Todo o projeto foi concebido a partir de uma perspectiva de torná-lo viável financeiramente e adequado à realidade e às demandas locais. Dessa preocupação resultou um partido arquitetônico atento à simplicidade, sem grandes vãos ou grandes extravagâncias, mas

com eficiência na resolução das questões relacionadas aos fluxos - de pessoas, da água, dos ventos - e à estética. Pilares metálicos foram utilizados pontualmente nos pontos mais internos, que são os pontos mais altos, pois seria menos viável financeiramente utilizar pilares de madeira de quase 8m nesses pontos. Estes pilares de aço permitem esbelteza e ainda se constituem como possíveis suportes para intervenções (pendurar bandeiras de são joão, por exemplo, ou onde a imaginação levar).

A forma geral do projeto é circular, como uma oca ou aldeia. Buscou-se assim evocar um sentido ancestral de comunidade, tendo em vista que o Museu é muito mais do local e do nativo que do turista. A localização do Museu é bem na entrada da vila, para receber os turistas logo que chegam, mas também porque é ali, na porção sul da vila, onde moram a maior parte dos nativos.



Imagem 96: Delimitação do terreno. Elaborada pela autora.



Imagem 97: Terreno aproximado. Elaborada pela autora.

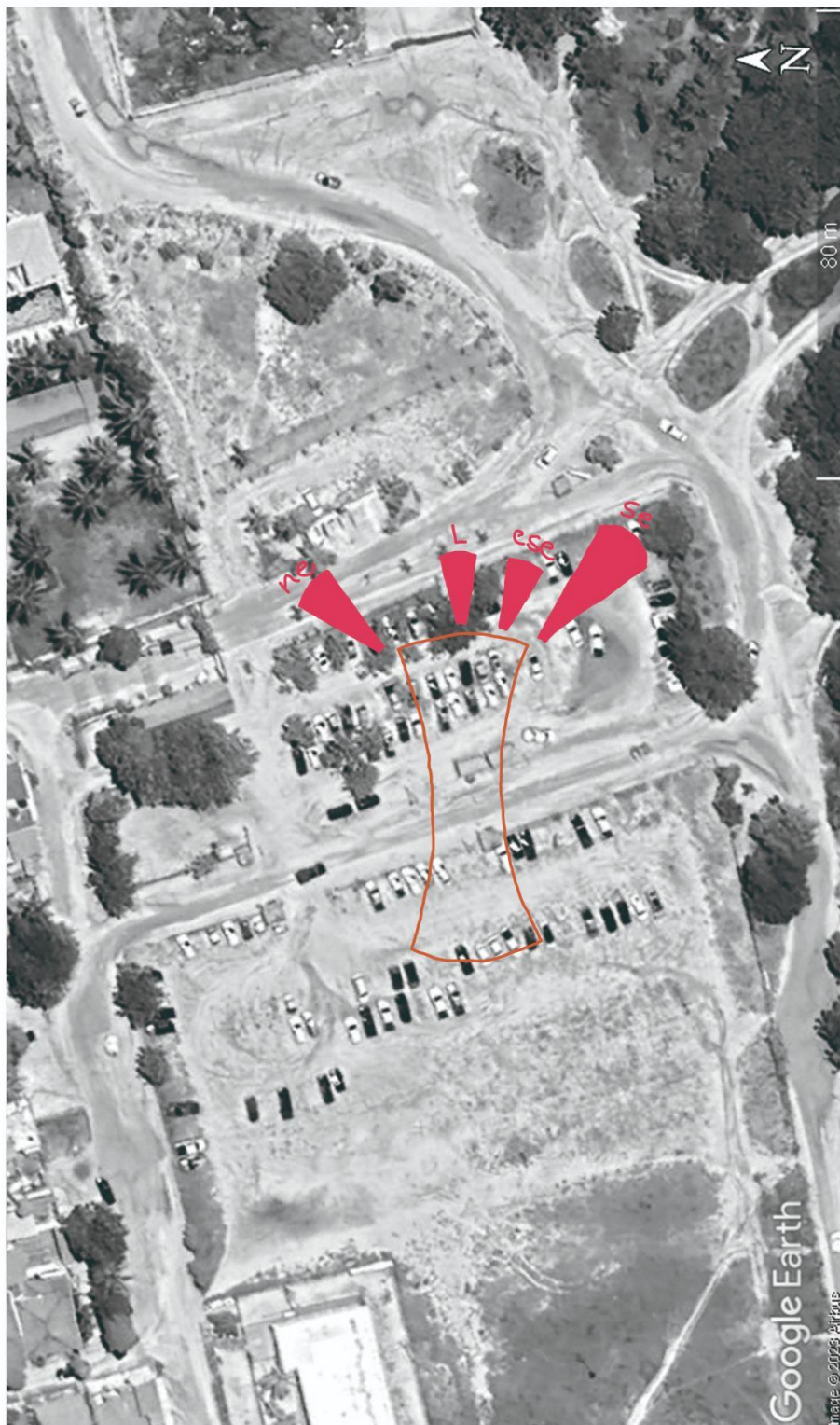


Imagem 98: Condicionantes: ventos predominantes e carta solar. Elaborada pela autora.

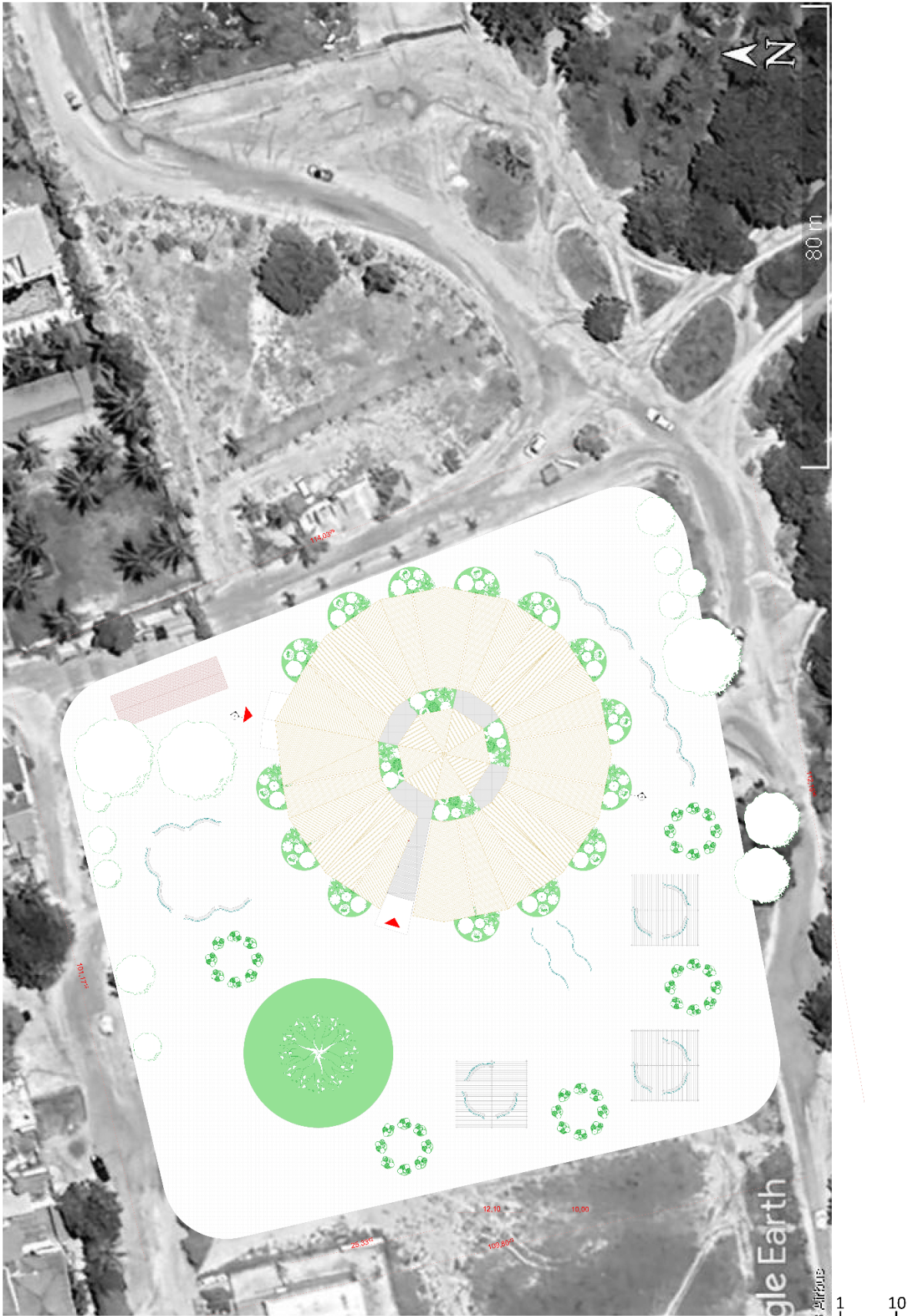


Imagem 99: Implantação do museu. Elaborada pela autora.

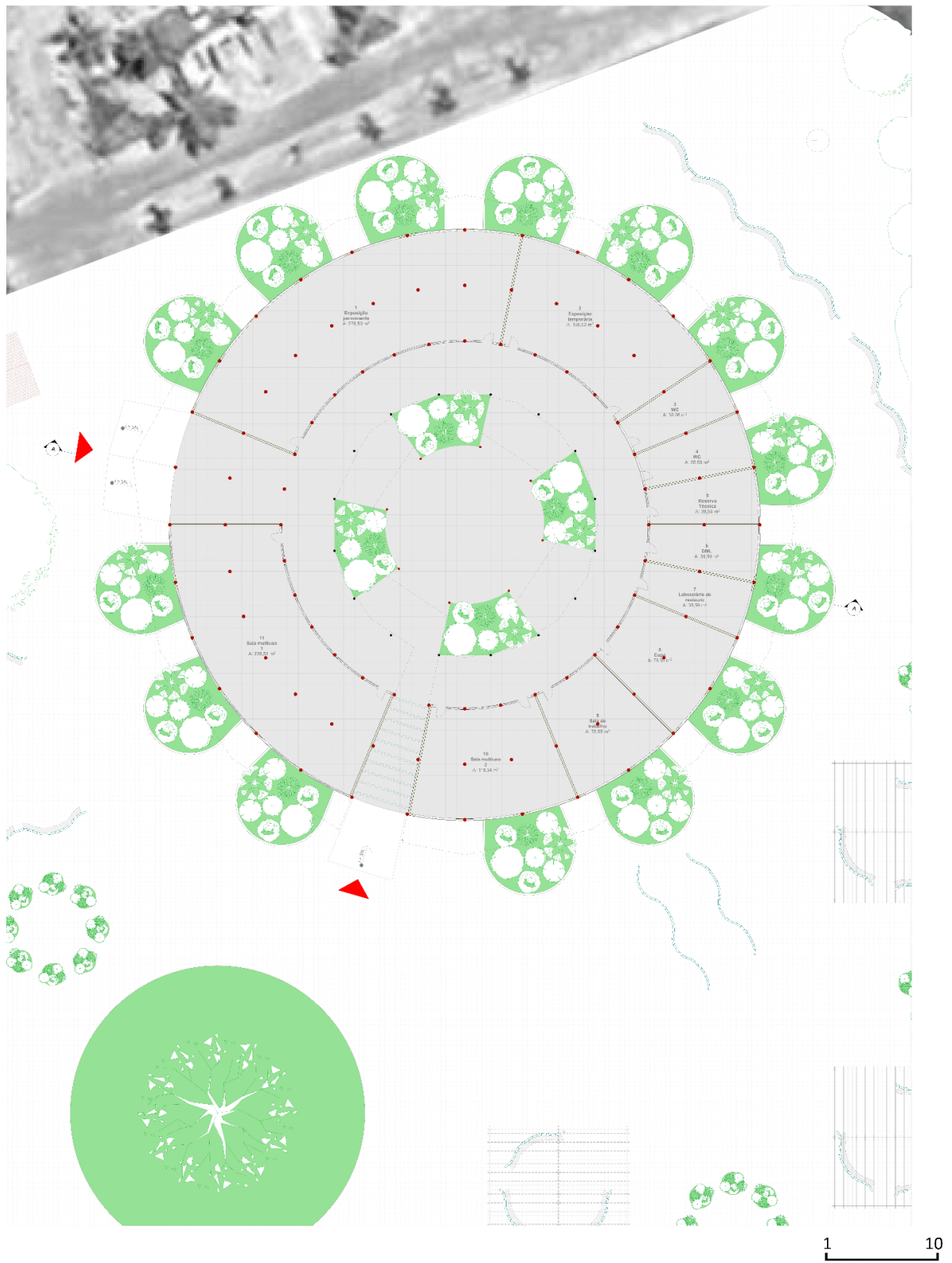


Imagem 99: Planta baixa do museu. Elaborada pela autora.

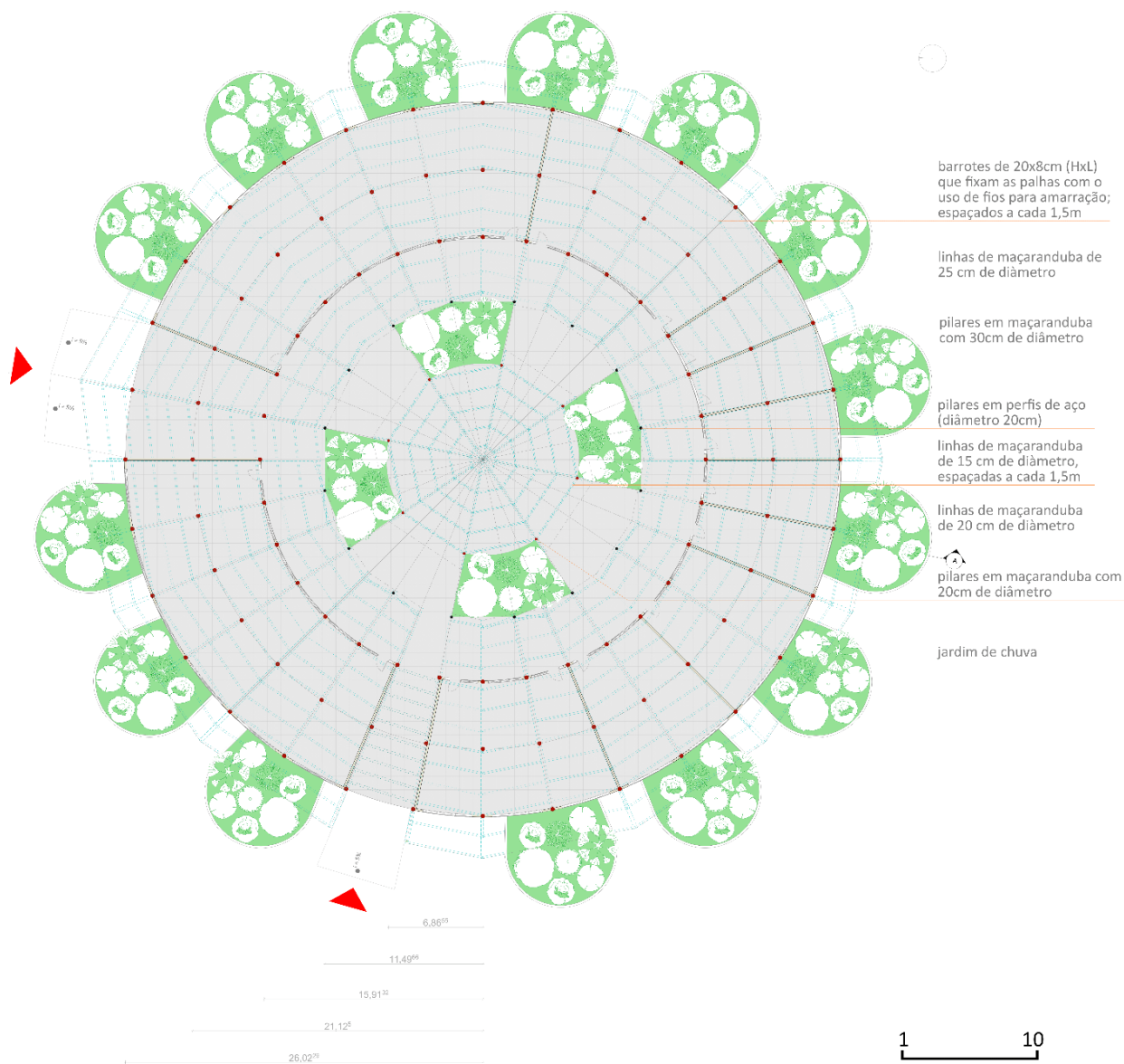


Imagem 100: Planta de estrutura da coberta. Elaborada pela autora

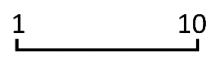
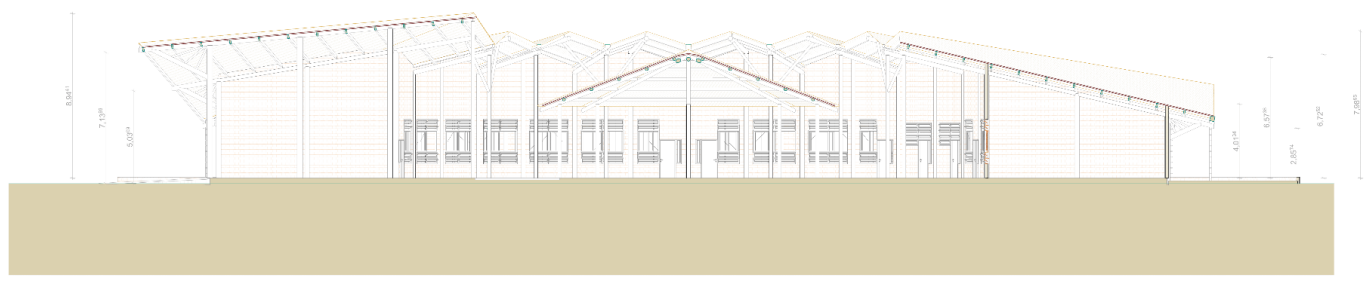


Imagem 101: Corte AA. Elaborada pela autora



rodrigo_tremembe • Seguir
Rodrigo Tremembé



rodrigo_tremembe Pintura Jabuti/Tartaruga 🐢

O Grafismo Jabuti do meu povo Tremembé, representa a Ancestralidade através do encantamento de uma liderança (minha Vó) ela veio até mim através de sonho e me inspirou a criar essa pintura.

No plano espiritual a Tartaruga, Jabuti e Tracajá (animais dessa família) representam a Longevidade, Ancestralidade e Tempo.

[#paratodosverem](#) O vídeo Mostra Rodrigo Tremembé fazendo uma pintura à mão de uma tartaruga e Grafismos de Jabuti na parede de sua casa. O mesmo usa as cores preto e azul.

[#grafismoindigena](#) [#pinturasindigenas](#) [#arteindigena](#) [#itarema](#)
24 sem Ver tradução



lindebergue Perfeito



2 sem 1 curtida Responder Ver tradução



645 curtidas

JANEIRO 8



Adicione um comentário...

Ativar o V
Publicar
Acesse Confi

Imagem 102: Grafismo tremembé que inspirou a criação da identidade visual do museu. Print do instagram de rodrigo_tremembe.

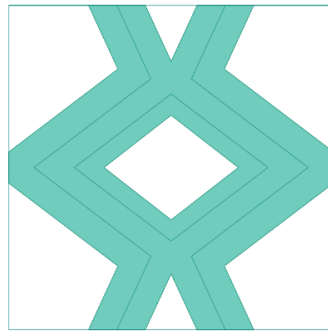


Imagem 103: Processo de criação da identidade visual do museu. Elaborada pela autora.

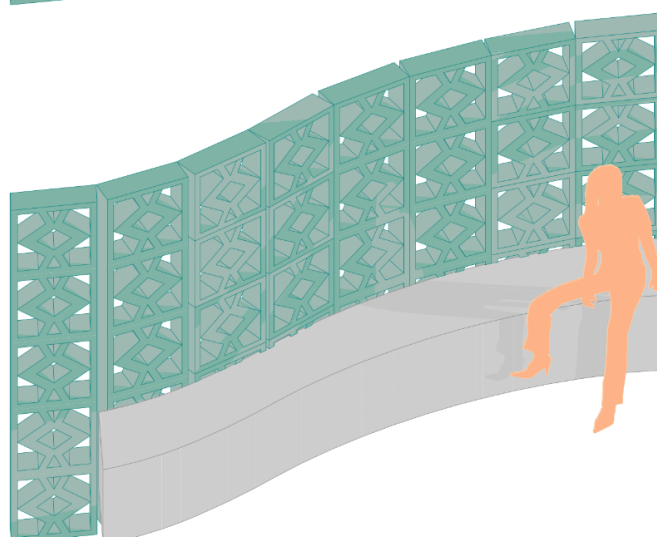
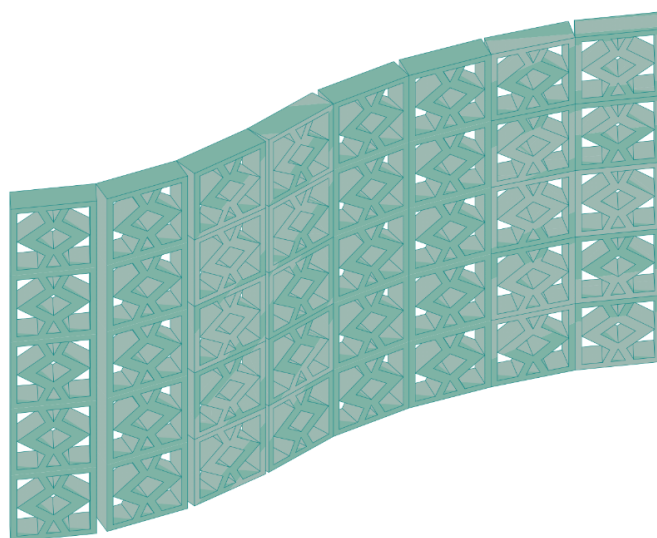
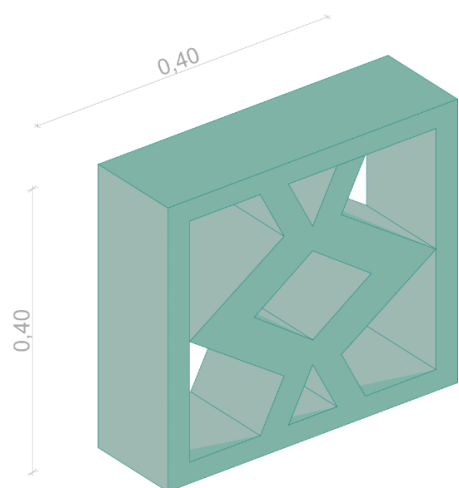
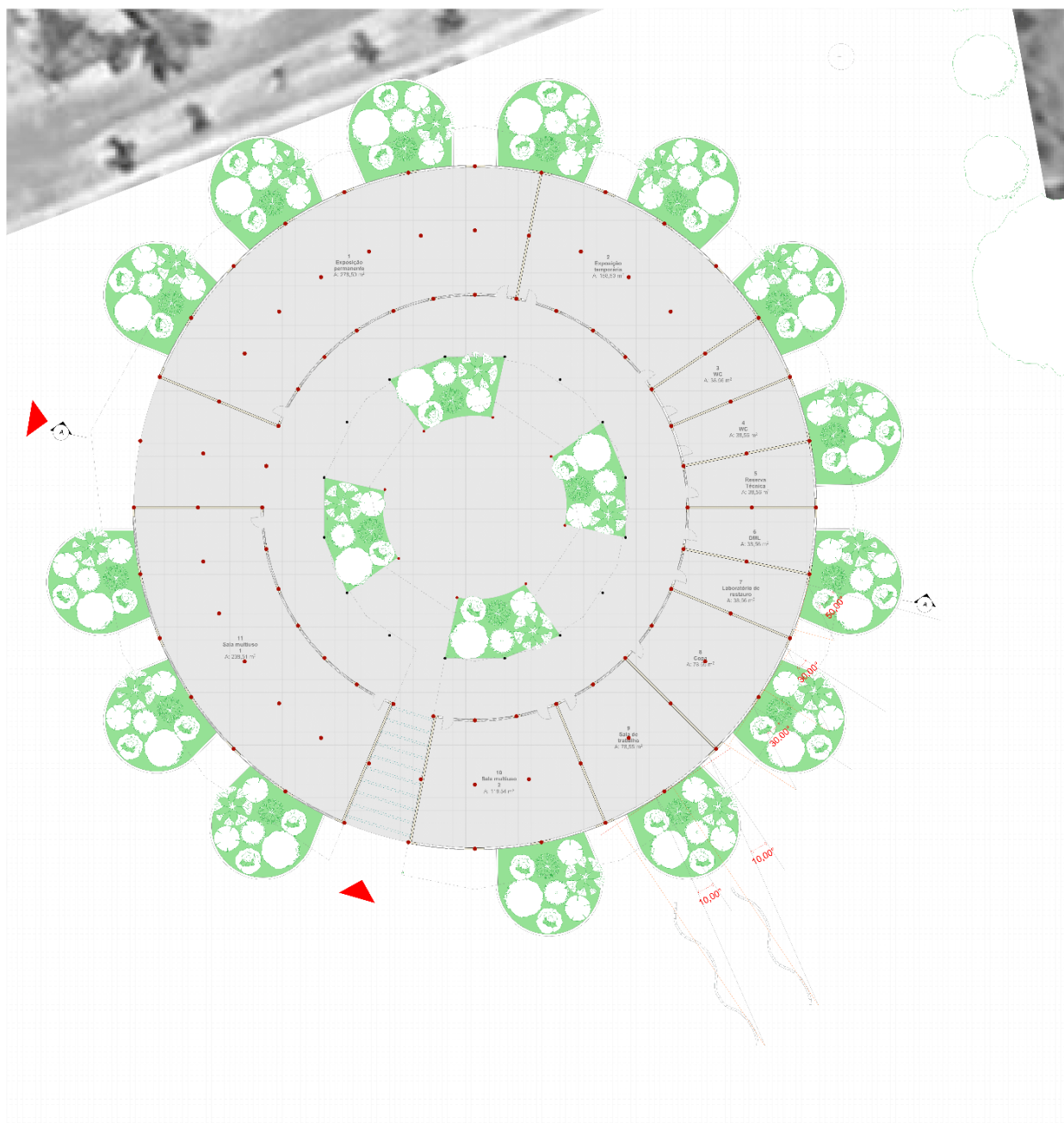


Imagem 104: Cobogó desenvolvido. Elaborada pela autora.



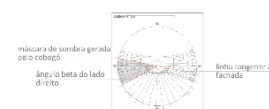
1 sala de trabalho



2 copa



3 laboratório de restauração



Com o estudo da incidência do sol nos ambientes utilizados pela equipe de trabalho do museu, observou-se que apenas a sala de trabalho mereceria a colocação de um cobogó para barrar o sol da tarde na maior parte dos dias do ano. Os outros ambientes já ficam suficientemente protegidos pelo beiral de 2,5m e os jardins de chuva.

Imagem 105: Cálculos para o posicionamento do cobogó. Elaborada pela autora.

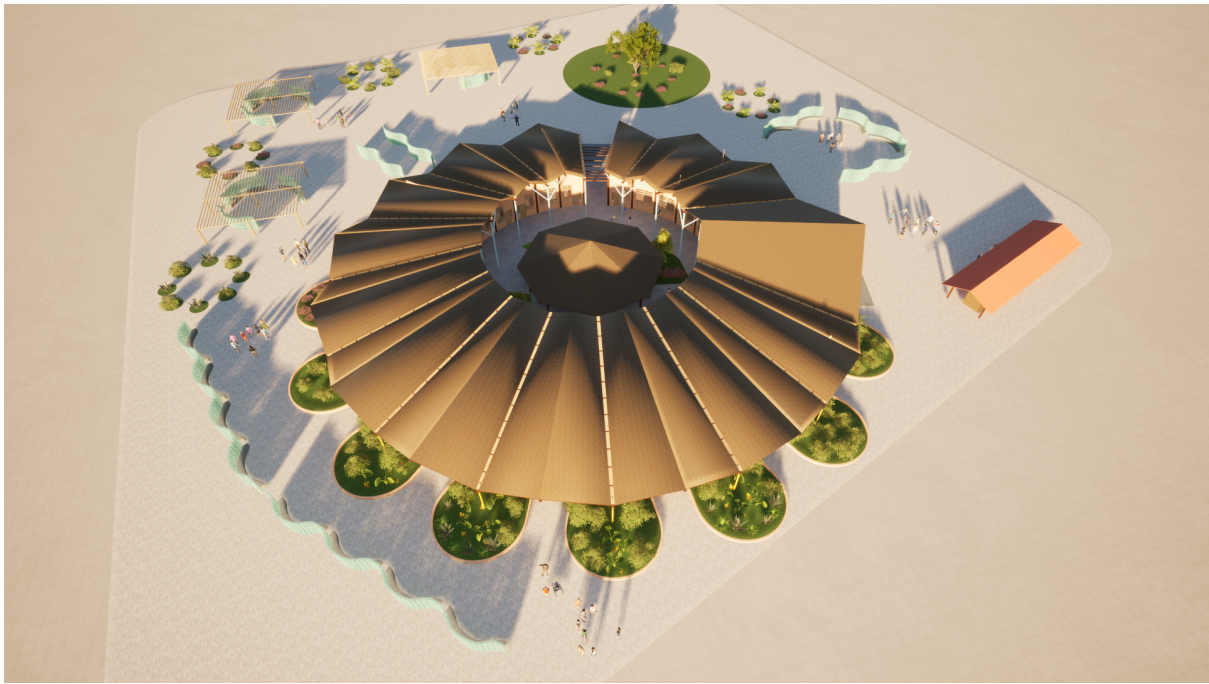


Imagem 106: Museu visto de cima. A pequena construção retangular do lado direito já existe, e é onde os turistas adquirem seus tickets de permanência no Parque Nacional. Elaborada pela autora.

Imagem 107: Em evidência, os pilares metálicos mais altos e as calhas. Elaborada pela autora.



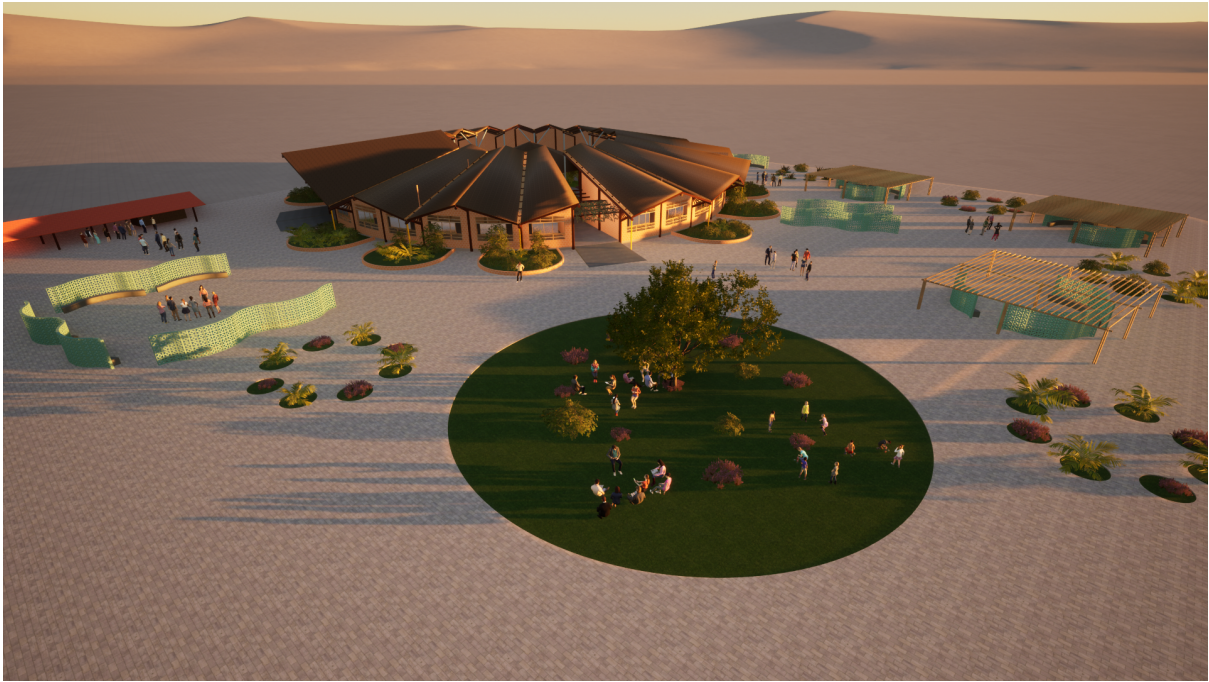
Imagens 108 e 109: Pátio interno do museu, com sua palhoça e seus jardins. Elaboradas pela autora.



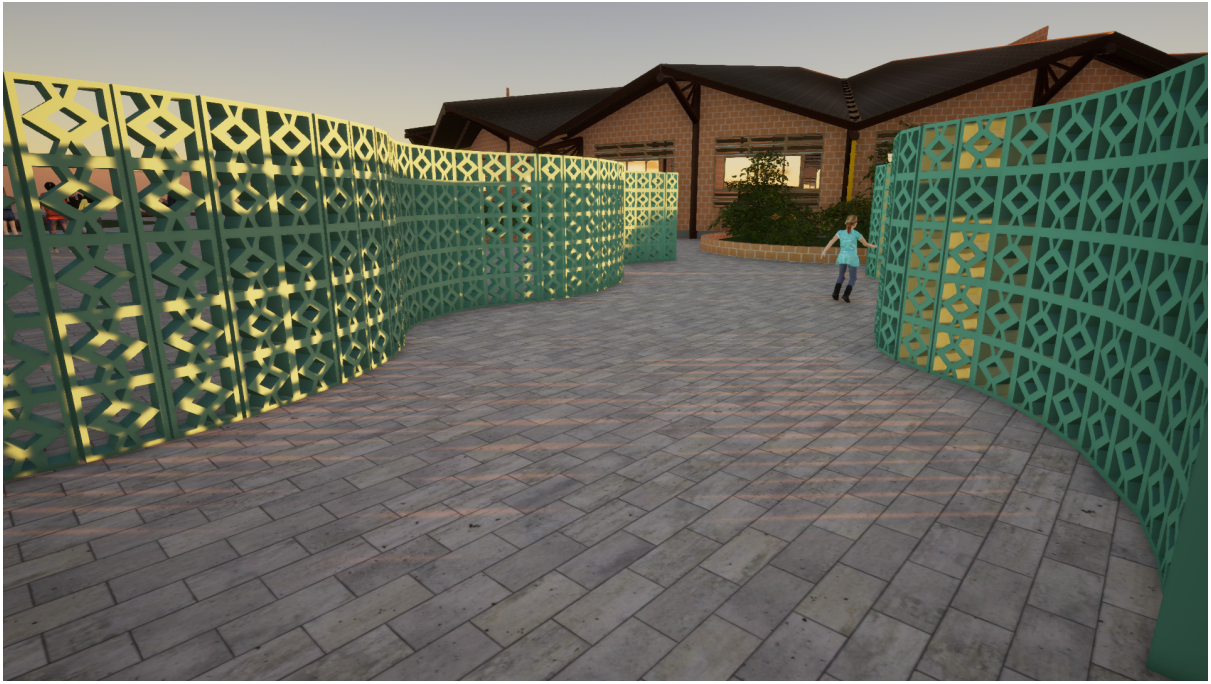
Imagem 110: Entrada principal. Elaborada pela autora.

Imagem 111: Entrada secundária. Optou-se por cobrir essa entrada com uma pérgola. Elaborada pela autora.

Nas duas imagens evidencia-se o sistema de calhas, canos de descida (amarelos) e jardins de chuva.



Imagens 112 e 113: A praça sob outros ângulos de visão. Elaboradas pela autora.



Imagens 114 e 115: Elementos de sombreamento e descanso inseridos na praça. Elaboradas pela autora.



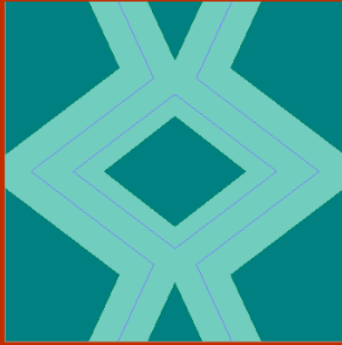
Imagens 116 e 117: A grande parede curva de cobogós se configura como a primeira visão que se tem quando se chega a Jericoacoara. Elaboradas pela autora.



Imagem 118: Mais uma vez, a imagem da fachada, evidenciando-se o sistema de captação de águas pluviais e os jardins de chuva. Elaborada pela autora.



Imagens 119 e 120: O interior da sala de exposição permanente, com e sem o elemento expositivo pensado. Esse elemento é um sistema de painéis leves (pvc) pendurados por fios de aço. Esses painéis servem de suporte para projeções, de um lado e de outro da sala. Elaboradas pela autora.



baía das
tartarugas
MUSEU DE JERICOACOARA

Imagem 121: Identidade visual desenvolvida para o museu. Elaborada pela autora.



baía das tartarugas

MUSEU DE JERICOACOARA

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA



Começou a ser construída em 1946 e por muitas décadas foi utilizada descoberta, como nesta foto de 1984. Foi construída em multirões da comunidade de Jericoacoara, com as pedras do serrote.



● Você está aqui.

- 1 - Rua da Igreja
- 2 - Rua do Forró
- 3 - Rua Principal
- 4 - Rua São Francisco
- 5 - Rua das Dunas 1
- 6 - Rua das Dunas 2
- 7 - Rua do Pólo de Lazer
- 8 - Rua Nova Jeri
- 9 - Rua dos Coqueiros
- 10 - Rua da Usina

Imagem 122: Protótipo de placa. Elaborada pela autora.



Imagem 123: Simulação de como ficaria a placa no contexto urbano. Elaborada pela autora.

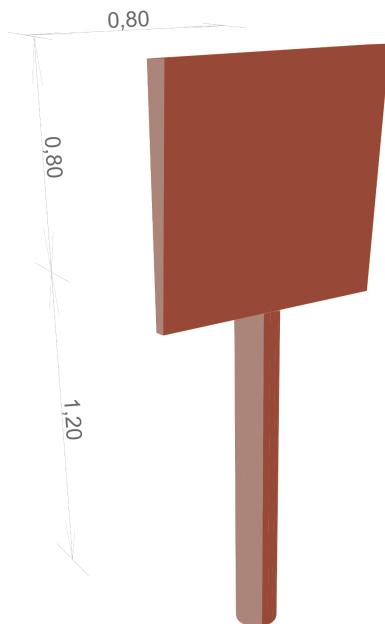


Imagem 124: Dimensões da placa. Elaborada pela autora.



Imagem 125: Em verde, pontos sugeridos para colocação das placas. Da rua 1 para a rua 10, do mar para as dunas: placa da igreja, placa da rua do forró, placa da praça Edvá Esmerino da Silva, placa das crocheteiras, placa do conselho comunitário, placa da Padaria São Francisco, placa das comunidades vizinhas a Jericoacoara, placa do nome Jericoacoara, placa dos Tremembés, placa do Estuário do Rio Guriú, placa da luta contra o Parque Eólico, placa da coleta seletiva de lixo, placa da capoeira, placa da corrida de jangadas, placa da baleia encalhada, placa dos pescadores, placa do museu. Quando se diz “placa de algum tema”, lê-se “placa com um pequeno trecho da história desse tema”. Todos esses temas e mais outros serão abordados na exposição permanente do museu. Elaborada pela autora.



Imagens 126 e 127: Mapas de localização do museu em seu contexto. Elaboradas pela autora.

Bibliografia

ACERVO Jeri das Antigas. Perfil no Instagram. Disponível em:

<https://www.instagram.com/acervojeridasantigas/> Acesso em: 20 nov. 2022.

AMPLIAÇÃO esgotamento sanitário de Jeri. **Conselho Comunitário de Jericoacoara**, 21 mai. 2022.

Disponível em: <https://www.jeri.org.br/l/ampliacao-esgotamento-sanitario-de-jeri/> Acesso em: 18 nov. 2022.

AMPLIAÇÃO e melhoria do sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água na Vila de Jericoacoara. **Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará**, 10 mar. 2022. Disponível em:

<https://www.cidades.ce.gov.br/2022/03/10/ampliacao-e-melhoria-dos-sistemas-de-esgotamento-sanitario-e-abastecimento-de-agua-na-vila-de-jericoacoara/> Acesso em: 18 nov. 2022.

ARRUDA, Máira Gomes Cartaxo de. **Parque Nacional de Jericoacoara: Zoneamento Ambiental para o Plano de Manejo**. Dissertação (mestrado em geografia) - Curso de Pós-Graduação em Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

ÁRVORE da preguiça - Jericoacoara. Tripadvisor. Disponível em

https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303297-d8557925-Reviews-Arvore_da_Preguica-Jericoacoara_Ijoca_de_Jericoacoara_State_of_Ceara.htm Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 29 nov. 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: **Presidência da República**, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984. Dispõe sobre a implantação da área de proteção ambiental no Município de Acaraú, no Estado do Ceará, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 29 out. 1984. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D90379.htm Acesso em 20 nov. 2022.

BRASIL. Decreto s/n, de 04 de fevereiro de 2002. Cria o Parque Nacional de Jericoacoara, redefine os limites da Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, no Estado do Ceará, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 04 fev. 2002c. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2002/decreto50767-4-fevereiro-2002-600357-publicacaooriginal-122352-pe.htm> Acesso em 20 nov. 2022.

BRASIL. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara. Ceará, 2011. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomasbrasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2261-parna-de-jericoacoara> Acesso em 24 nov. 2022.

BRASIL. Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.html Acesso em: 19 nov. de 2022

BRASIL. Lei federal nº 11.486, de 15 de junho de 2007. Altera os limites originais do Parque Nacional de Jericoacoara, situado nos municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, no Estado do Ceará; revoga o Decreto nº 90.379, de 29 de outubro de 1984, e o Decreto s/nº de 4 de fevereiro de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**. Brasília, DF, 15 jun. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11486.html Acesso em: 20 nov. 2022.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil (1500-1531)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CARVALHO MARTINS et al. Trajetória e Perspectivas do Turismo com Cavalos-Marinheiros no Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará. **BIODIVERSIDADE BRASILEIRA**, v. -, p. 234-248, 2022.

CLERC-RENAUD, Agnès. **L'ici bas et l'au-delà dans un village du Nord Ceará (Brésil) - Ébauche d'un système cosmogonique et changement social**. Tese (doutorado em antropologia social e etnologia), École des hautes études en sciences sociales, Paris, 2002.

DA SILVA, Caroline Rodrigues. **A Forma Capitalista de Produção do Espaço: elementos teóricos para subsidiar a elaboração de políticas públicas comprometidas com os direitos sociais**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luís, 2015.

FIBRAS Amazônicas: Tucum e a cestaria Parakanã. **Amazônia Hub**, 24 set. 2021. Disponível em: <https://amazoniahub.com/fibras-amazonicas-tucum-e-a-cestaria-parakana/> Acesso em: 27 mar. 2023.

FONTELES, José Osmar. Inserção dos atores sociais locais na gestão do turismo em Jericoacoara - CE. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**. Penedo, Vol. 5, Número Especial, p. 54-69, abr. 2015.

FONTELES, José Osmar. **Reconstrução de territórios e identidade: um olhar sobre Jericoacoara - Ceará**. Fortaleza: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 04, número 08, p.47-54, 2005.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

FONTES, V. Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GALVÃO, Alessandro G. **Jericoacoara sonhada**. São Paulo : Annablume, 1995. (Selo universidade ; 27).

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo, Anna Blume, 2005.

_____. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola. 2003.

HENRIQUES, Gonçalo Castro. Severiano Porto - Sintaxe e Processo, que futuro(s)? Vitruvius, nov. 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6303> Acesso em: 30 mai. 2023.

IBAMA/DIREC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília: 2002.

IBGE Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jijoca-de-jericoacoara/panorama> Acesso em: 07 nov. 2022.

IGREJA de Jeri. **Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara**. Disponível em: <https://www.jijocadejericoacoara.ce.gov.br/pontosturisticos.php?id=4> Acesso em: 14 nov. 2022.

IGREJA Nossa Senhora do Rosário de Fátima - Jericoacoara. AluguePousadas. Disponível em: <https://www.aluguepousadas.com.br/o-que-fazer/ce/jijoca-de-jericoacoara/igreja-nossa-senhora-do-rosario-de-fatima> Acesso em: 14 nov. 2022.

JERICOACOARA - O paraíso do Brasil. Conselho Comunitário de Jericoacoara. Disponível em: <https://www.jeri.org.br/jericoacoara/> Acesso em: 18 mai. 2023.

JERICOACOARA tem 100% de ocupação hoteleira e desrespeito às normas de segurança contra Covid-19. Portal G1, set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/09/05/jericoacoara-no-ceara-tem-feriado-com-rede-hoteleira-lotada-e-turistas-desrespeitando-as-medidas-de-protecao-contr-o-coronavirus.ghtml> Acesso em: 29 mai. 2023.

JJOCA de Jericoacoara. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jijoca-de-jericoacoara/panorama> Acesso em 29 mai. 2023.

JJOCA de Jericoacoara - CE. Infosanbas, 2023. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/jijoca-de-jericoacoara-ce/#Caracteriza%C3%A7%C3%A3o-social,-territorial-e-econ%C3%B4mica> Acesso em: 29 mai. 2023.

JJOCA de Jericoacoara (CE). Instituto Água e Saneamento, 2023. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/ce/jijoca-de-jericoacoara> Acesso em: 29 mai. 2023.

LIMA, Maria do Céu de. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

LIMA, Luiz Cruz e SILVA, Ângela M. F. da. **O local globalizado pelo turismo: Jeri e Canoa no final do século XX**. Fortaleza: EDUECE, 2004.

LONDRES, Cecília. Referências Culturais: Base para novas políticas de Patrimônio. In: SANT'ANNA, Márcia G (org). **Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultural/IPHAN, 4.ed, 2006.

MAPAS das Trilhas do Parque. Portal Jericoacoara. Disponível em: <https://www.portaljericoacoara.com.br/mapa-jericoacoara/> Acesso em 29 nov. 2022.

MARTINS, Rosa (Org.). **Caderno de Normas da Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

MARX, K. O capital: a crítica da economia política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, liv. 1. v. II, 1996b.

MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, Edson Vicente da. **Parque Nacional de Jericoacoara: trilhas para a sustentabilidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MOLINA, Fábio Silveira. **Turismo e Produção do Espaço – O Caso de Jericoacoara, CE**. Dissertação (mestrado em geografia humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. A descoberta do Brasil por Vicente Pinzón. **Tribuna**. 14 fev. 2005. Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/mais-pop/a-descoberta-do-brasil-por-vicente-pinzon/> Acesso em: 11 out. 2022.

Muñiz, Angel (@areasvellas). “Centro de Proteção Ambiental de Balbina... Severiano Mário Porto...” 6 de março de 2017, 6:48 am. Tweet.

OLIVEIRA, M. H. de. **Usos da terra e vulnerabilidade ambiental no estuário-lagunar do Guriú, costa oeste do Ceará**. 2018. 76 f. Monografia (Graduação em Ciências Ambientais) - Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PARQUE de Jericoacoara vai a leilão em 2022; investimento previsto é de R\$1,2 bilhão. **Diário do Nordeste**, abr. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opinio/colunistas/victor-ximenes/parque-de-jericoacoara-vai-a-leilao-em-2022-investimento-previsto-e-de-r-12-bilhao-1.3220984> Acesso em: 29 mai. 2023.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e memória**, v. 3, n. 1, p. 87-100, 2007.

PEQUENO atlas do Maranhão e Grão-Pará. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/cart555828.htm Acesso em: 22 mai. 2023.

PEREIRA, E.; ROQUE, Z. S. S. **Cine Santana: o patrimônio preservado como polo aglutinador de inventários participativos de bens simbólicos**. UNIVAP, 2018.

PERFIL Municipal. IPECE, 2017. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal/> Acesso em: 29 mai. 2023.

PESQUISA mostra valor arqueológico de Jericoacoara. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, 17 mai. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/pesquisa-realca-valor-arqueologico-de-jericoacoara> Acesso em: 24 nov. 2022.

QUESTÕES de concurso público TRE-PE 2011 para Analista Judiciário - Arquitetura. Qconcursos, 2011. Disponível em: <https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/provas/fcc-2011-tre-pe-analista-judiciario-arquitetura/questoes?page=5> Acesso em: 30 mai. 2023.

SÁNCHEZ, Joan-Eugení. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid : Siglo Veintiuno Editores, 1991.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002a (Col. Milton Santos; 1)

SILVA, Pércila Márcia da. **Processos museológicos em contextos de culturas tradicionais e populares: limites e potencialidades da autogestão patrimonial - três casos para estudo.** Dissertação (Mestrado em Museologia) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, A. C. O. da; TAKAMATSU, M. (Orgs.) **Memórias do Bairro Parque Novo Horizonte: histórias e narrativas.** 1ª ed. atualizada. São José dos Campos/SP: Intergraf Indústria Gráfica Ltda., 2014.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** MISC/2003/CLT/CH/14. Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf> Acessado em 15 jan. 2012.

_____. **Recomendação de Nairóbi.** 19ª sessão, 1976. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf> Acesso em: 28 abr. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE. Núcleo de Gestão e Administração – NUGA. **Área de Proteção Ambiental – Jericoacoara.** Fortaleza: UECE/NUGA, 1985.

VILA Kalango: Memórias de Jericoacoara. Produção: Morgana Masetti. YouTube. 26 jul. 2016. 40 min. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=l-MABrGrgv8> Acesso em: mai. 2023.

VELOSO, Caetano. Sampa.. *In*: VELOSO, Caetano. Muito Mais. São Paulo: Caetano Veloso, 2005. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/caetano-veloso/41670/> Acesso em: 18 mar. 2023.

VIANA et al. Os Antigos Habitantes da Praia de Jericoacoara, Ceará: Arqueologia, História e Ambiente. **Revista Clio Arqueológica.** Recife, n.22, p. 177-202, 2007.